

A RACIONALIDADE DA CONDIÇÃO HUMANA E A QUESTÃO DE GÊNERO DO SOCIAL HUMANO

Data de aceite: 02/05/2024

Mauro Cesar Rocha da Silva

Pós-doutor em sociologia política
CFCH-UFAC

Kauana Brito Niz

Estudante do Curso de filosofia da
Ufac – Bolsista do Projeto de Pesquisa
Cosmologia Humana

RESUMO: Nesta pesquisa investigamos a herança do espírito científico do pensamento racional que foi empreendida pelas ciências sociais como base de seus preceitos teórico-práticos – constituída de leis invariáveis – a partir do século XIX. Tivemos o objetivo de analisar a partir da lógica da racionalidade da pessoa e das relações de gêneros – (BRUSCHINI, Cristina (1996); BRUSCHINI, Cristina & PINTO, Celi Regina, s/d; MATTA, Roberto da (1997); MAYER, Dagmar Estermann (2004); PACHECO, Maria Emília Lisboa (1996); SOIHET, Raquel (1998); PISCITELLI, Adriana (1998); SCHIMINK, Marianne (1999) – como estes preceitos teóricos e práticos foram definidos. Utilizando uma metodologia epistemológica da ciência social e coletando material da filosofia social e sociológica buscamos verificar como opera a ciência

social na formulação de seus preceitos explicativos dos fatos e fenômenos sociais. Os resultados mostraram que a racionalidade da pessoa e as relações de gênero tiveram diagnósticos erráticos – considerando diferença como desigualdade na relação de sexualidade, no trabalho, na vida social – devido à ausência de uma compreensão epistemológica racional dos fenômenos sociais da ciência social que guardam uma relação de coexistência entre conhecimento-consciência-afeto-racionalidade-objetividade.

PALAVRAS-CHAVE: racionalidade, social, gênero.

INTRODUÇÃO

A racionalidade da condição humana: consciência, percepção, objetividade, compreensão, moral racional, sensibilidade, afetividade, modalidades de práticas

Este artigo é parte do Relatório Final do Projeto de Pesquisa PIBIC do Edital 2018-2019 do Grupo de Pesquisa Cosmologia Humana cujo título era *A Cosmologia Humana: O Espírito do*

Pensamento Científico da Ciência Social da Condição Humana a partir dos Fatores da Pessoa, dos Sistemas Políticos e do processo evolutivo da condição humana. Nele tivemos dois objetivos principais de investigação: i) investigar como funciona a racionalidade objetiva da condição humana para diagnosticar de onde derivam as antinomias e incompreensões da pessoa e ii) compreender a genealogia das relações de gênero que resultaram em desigualdades sociais para a mulher em razão da sua condição feminina.

Os procedimentos metodológicos que orientaram todo o processo de investigação do Grupo de Pesquisa Cosmologia Humana consistiram em realizar uma epistemologia da ciência social baseado principalmente na coleta de material bibliográfico sobretudo a partir de uma base filosófica com o objetivo de compreender os desentendimentos que a ciência social tem produzido nestes mais de duzentos anos de surgimento da sociologia como área disciplinar da ciência.

Nos textos dos relatórios anteriores também tivemos a oportunidade de comentar sobre a correspondência essencial que existe entre consciência, racionalidade, afetividade e objetividade da razão baseado nos escritos de Sócrates, Platão, Aristóteles, Descartes, Bergson, Aldoux Huxley, agora corroborado com Hume e Kant. Este conjunto de escritos descrevem da maneira mais precisa possível a função do entendimento humano e a maneira como a consciência funciona em termos de objetividade compreensiva. Temos o objetivo nesta parte deste artigo de especificar de maneira mais precisa os procedimentos mais particulares que fazem da consciência um recurso racional tornando a condição humana propriamente humana enquanto um ser consciente constituído de razão. Charles Darwin (1909) em *A origem do humano* indica que o processo de condição humana de alguma maneira aconteceu principalmente devido ao aperfeiçoamento corporal e andar ereto dos antropoides hominídeos que liberando as mãos passaram a exercer mais atividades tornando mais complexas as formas de pensamento e ação devido a mudanças orgânicas também acompanhadas com a alimentação carnívora. A domesticação do fogo e a alimentação animal teriam indicado essa mudança (DARWIN, 1909, ENGELS, 1979). Mas em Charles Darwin não existe nenhuma referência de que o intelecto tenha advindo de uma esfera divina embora ele sugira que esteve relacionada a um processo evolutivo baseado na experiência afetiva familiar de afetividade pelos filhos de onde teriam advindo os melhores cuidados e maneiras de selecionar os alimentos, por exemplo, de se distanciar dos perigos e busca de proteção em lugares mais distantes dos ambientes animais assim como da experiência da vida em grupos familiares da vida coletiva. Nos textos anteriores havíamos comentado sobre a correspondência que a filosofia clássica havia indicado com a conexão entre afeto-racionalidade-objetividade de onde sugeriam as formas através das quais os procedimentos de modalidades de práticas racionais poderiam ser acessados e desprendidos mediante maneiras de promover as melhoras de realização das coisas e obras materiais para o abastecimentos social do grupo e das pessoas individualizadas através da disciplina do trabalho material e formas comportamentais de procedimentos

socializados que seriam responsáveis pela existência material, sobrevivência e bem-estar social do grupo e de sua consciência coletiva. Não consta em Charles Darwin por exemplo como surge a consciência no sentido de sua disponibilidade de aspectos cognitivos e intelectivos que garantam a racionalidade da condição humana. Tal autor menciona que este processo aconteceu devido a mudança orgânica, como dissemos, com o andar bípede por exemplo que liberando as mãos passou a realizar mais funções neurológicas de conexões celebrais. Mas a pergunta que nós fizemos nesta investigação científica foi a seguinte: o que teria estimulado ou atizado as funções neurológicas e racionais daqueles homínídeos que despertaram a consciência deles de si mesmos? Como se deram conta de que eram diferentes dos demais seres do reino animal e que tinham consciência de sua existência? Textos antigos relatam que na primeira geração de homínídeos humanos o choque que os progenitores tiveram ao verem suas crias mais aperfeiçoadas e com melhores contornos e estruturas orgânicas produziram um estímulo afetivo que desprende o átomo psíquico do conhecimento devido a alegria e regozijo de verem aquelas criaturas tão belas. Estes escritos sugerem de forma bem precisa que a racionalidade está ligada ao afeto e a empatia que seus progenitores tiveram ao depararem-se com seus filhos. É como se tivesse havido um salto evolutivo que a partir de um fenômeno da realidade produziu a condição humana, portanto, a consciência humana. A partir daquele momento esses homínídeos se deram conta de si e de sua consciência e se reconheceram como uma espécie particular de organismos biológicos que se diferenciavam daqueles demais animais, eles haviam iniciado a condição humana.

É importante mencionar como a partir daquele momento estes homínídeos passaram a pensar depois daquele episódio de modo a verificar como funciona a racionalidade da pessoa em sua condição de objetividade. Em termos de objetividade compreensiva a racionalidade opera a partir da realidade social e natural e considerando as necessidades da pessoa diante do ambiente que lhe rodeia e considerando sua existência vivencial. Ela dirige-se para a realização primeiramente das necessidades básicas de abastecimento e sobrevivência e secundariamente de comodidades sociais de bem-estar material e consciência. A pessoa como consciência humana é constituída de 6 fatoraões sociais – o político, o econômico, o religioso, o cultural, a consciência, o social – que contém os requisitos essenciais de propriedades disciplinares através do quais se pode realizar de maneira precisa a produção de obras e objetos uteis para a existência diária. É como se existisse uma forma precisa de modalidades de prática que torna possível identificar nas propriedades fatorias filamentos constitutivos de propriedades disciplinares que disponibilizam e desprendem através de um diagnóstico de contexto em que a pessoa se encontra o direcionamento da maneira em que se deve agir e proceder para realizar da melhor forma possível as atividades necessárias para a existência útil da pessoa e dos sistemas políticos. As fatoraões da pessoa desprendem no ambiente de contexto as propriedades disciplinares compatíveis com os desafios abertos que os problemas a serem

solucionados sugerem para a resolução das dificuldades em prol do melhoramento da vida da comunidade e da pessoa. Se tomarmos um exemplo das sociedades modernas teremos uma manifestação de como as propriedades fatorais atuam no ambiente de contexto quando se considera que a modernidade que orienta os sistemas políticos contemporâneos é marcada essencialmente por recursos tecnológicos e conhecimento científico experimental exigindo que as pessoas destes sistemas políticos tenham propriedades compatíveis com as exigências de contexto que o capitalismo tecnológico sugere – como maneira de conseguir uma vida minimamente digna - como por exemplo a dedicação educacional e a disciplina trabalhista. Florestan Fernandes (1991) em *Motivações e atitudes ao desenvolvimento social* considerou que o pragmatismo, o utilitarismo, passaram a ser uma das principais propriedades dos sistemas sociais de classes do capitalismo e da consciência das pessoas a partir do século XIX. Ele considerou também que a educação e o profissionalismo, o trabalho, seriam igualmente propriedades adaptativas as quais quem quisesse se sair bem social e materialmente nestes sistemas políticos tecnológicos teriam necessariamente que valorizar estes procedimentos disciplinares como educação profissional, escolaridade, ação pragmática e utilitárias como orientação das motivações sociais das pessoas. Se tomarmos os hominídeos podemos considerar que os seus procedimentos consequentes que tomaram para a preservação e manutenção da vida de suas crias estiveram bastante equacionados com um diagnóstico objetivo de contexto em que perceberam que deveriam se afastar do ambiente animal e buscar terras férteis e tranquilas onde pudessem estabelecer morada. O nomadismo podemos dizer foi um traço disciplinar do período do homem das cavernas em que consideraram estar sempre itinerante até encontrar ambiente tranquilo para morada mais estável assim como a sociabilidade também significou a condição que garantia preservação da vida do grupo com a proteção de todos entre si. O processo de seleção de alimentos e do cuidado dos filhos para que estes pudessem acompanhá-los durante o maior tempo possível da existência de seus progenitores em companhia deles significou o aspecto da afetividade que a vida social despertou entre os hominídeos.

A condição cognitiva da pessoa que compõe o intelecto através de sua capacidade de entendimento, compreensão, julgamento, constitui a consciência da pessoa que lhe permite através de suas fatorações sociais os componentes discerníveis da realidade do meio natural e social diante do qual sua ação social racional se desenvolverá de acordo com os contextos históricos das fases evolutivas. As características que constituem a racionalidade da consciência da pessoa são definidas fortemente pela objetividade, pela condição afetiva, que lhe orienta nos empreendimentos materiais e confecções de objetos e das definições dos procedimentos sociais que condizem com a existência da pessoa. Existe uma correspondência necessária entre racionalidade da consciência e afeto e vida, isto é, os diagnósticos e procedimentos que orientam a ação social da pessoa quando guiados por intencionalidade social da condição humana atizam os níveis de objetividade que a situação concreta material exige de modo a dispensar os meios através dos quais se

possa encontrar as formas mais apropriadas para a execução de determinados afazeres. Em outras palavras, a consciência em termos cosmológicos mantém sua correspondência a partir destes componentes essenciais como a afetividade e valor humano à vida devido o sistema cosmológico ser um sistema de vida que funciona estruturalmente em tendência de equilíbrio, isso significa que essa correspondência diz respeito ao fato da consciência de alguma forma ser correspondência das características que compõem as propriedades universais criacionistas de sua constituição psíquica. Se tomarmos a metáfora do mito da caverna de Platão talvez essa explicação seja mais compreensiva na medida em que este filósofo associa a consciência as propriedades de uma inteligência que criou todas as coisas de tal ordem que o átomo psíquico da pessoa que comporta o córtex intelectual da estrutura da racionalidade de alguma maneira contém as informações da natureza objetiva da realidade material dos objetos da natureza e possui capacidade para desvendar os processos sociais evolutivamente devido estes avançarem sucessivamente em termos de progresso tecnológico e de consciência social sendo necessário apenas que esta consciência seja certamente instruída pelas faculdades educacionais de aprendizado que somado com a experiência da vida cotidiana e seus processos sociais interativos de transferências culturais através dos diferentes meios de comunicação que produzem a capacidade da consciência. Essa correspondência é que permite a afirmação de que a consciência é capaz de compreender toda a natureza natural e social em que se desenvolve a vida da pessoa da condição humana através das suas mais diferenciadas formas de especialidades de saberes profissionais e instruções educacionais.

Teremos a oportunidade de esclarecer estes aspectos da racionalidade da pessoa através do filósofo Emanuel Kant no seu livro *Crítica da Razão Pura* (1999). Em suas considerações iniciais ele apresenta uma correspondência entre conhecimento e moral no sentido de que de alguma maneira o conhecimento verdadeiro se assemelha a procedimentos que consideram a justiça social dos modos de conhecer e proceder através da ciência e do pensamento científico da pessoa que desvinculam as possibilidades de práticas que possam induzir ao erro. Mais tal autor inicialmente procura caracterizar as fontes do conhecimento em si e da maneira como ele funciona assim considerando que o processo do conhecimento opera a partir de duas formas principais: *o conhecimento a priori ou puro baseado no entendimento do intelecto* em termos de racionalidade hipotético-dedutiva e *conhecimento baseado na experiência dos objetos a partir dos sentidos* e da investigação indutiva dos sentidos. No conhecimento em si a natureza lógica do intelecto é quem garante a maneira de pensar da pessoa e dos seus modos de conhecer as coisas. Emanuel Kant (1999) faz as seguintes considerações sobre a funcionalidade da lógica intelectual que permite a compreensão,

(...) A lógica geral (...) contém as regras absolutamente necessárias do pensamento sem as quais não ocorre nenhum entendimento. A lógica do uso particular do entendimento contém as regras para pensar corretamente uma certa espécie de objetos. Aquela pode denominar-se lógica elementar, esta porém *organon* de tal ou qual ciência.

A lógica geral é por sua vez pura ou aplicada. Na primeira, abstraímos de todas as condições empíricas sob as quais se exerce o nosso entendimento, por exemplo da influência dos sentidos (...), das leis da memória, do poder do hábito, da inclinação, etc., por conseguinte das fontes dos preconceitos e, de um modo geral, de todas as causas das quais nos surgem certos conhecimentos ou as quais estes possam ser imputados, visto que elas concernem apenas ao entendimento de certas circunstâncias de sua aplicação geral e que, para conhecer estas, se requer experiências. Uma lógica geral, mas pura, tem portanto de lidar só com princípios a priori e é um cânone do entendimento e da razão, mas apenas com vistas ao formal de seu uso, seja qual for o seu conteúdo (empírico ou transcendental).

O que denomino lógica aplicada é (...) uma representação do entendimento e das regras do seu necessário uso in concreto, a saber, sob as condições acidentais do sujeito que possam impedir ou favorecer este uso e que são dadas todas só empiricamente. Ela trata da atenção, dos seus empecilhos e conseqüências, da origem do erro, do estado da dívida, do escrúpulo, de convicções, etc. A lógica geral e pura se relaciona com ela assim como a moral, que contém simplesmente as leis morais necessárias de uma vontade livre em geral, se relaciona com a doutrina da virtude propriamente dita, que pondera estas leis sob os obstáculos dos sentimentos, inclinações e paixões aos quais os homens estão mais ou menos submetidos, jamais podendo fornecer uma ciência verdadeira e demonstrada por necessitar, tanto quanto a lógica aplicada, princípios empíricos e psicológicos (KANT, 1999, p. 92-93).

Os procedimentos da funcionalidade da lógica pura a priori e mesmo da lógica em geral em Kant é capaz de compreender a natureza dos objetos em si mas segundo a percepção da pessoa em sua subjetividade perceptiva implicando em certa impossibilidade de em alguns casos não se encontrar a verdade devido em última instância ao estado da pessoa. Essa consideração de Kant obviamente está relacionada ao contexto dos sistemas políticos contemporâneos que desde a modernidade tem sido marcado por antagonismos do conhecimento não se sabendo definir de maneira precisa as fontes do erro e do desentendimento mesmo em se tratando da possibilidade da subjetividade do sujeito do conhecimento variar em termos de observação. Em R. Joliver (2000) esta capacidade da possibilidade da verdade é mais precisa devido tanto os objetos conterem suas propriedades objetivas quanto o sujeito ser constituído de capacidade intuitiva e cognoscível. Mas se em geral como em autores mais moderno como Karl Popper (LAKATOS, Eva Maria) temos esta mesma impossibilidade do conhecimento absoluto das coisas materiais e sociais e esta situação está relacionado a um único problema: *o problema do egoísmo*. Em outros termos queremos dizer que o antagonismo do conhecimento em termos de oposição e ambigüidade da natureza natural e social está para além da subjetividade da pessoa em termos das possibilidades de variação das formas de percepção das coisas. Isto significa

portanto que o conhecimento da verdade é tão possível quanto a existência da ciência – porque a existência da ciência é a própria expressão da verdade – uma vez que a ciência significa conhecimento objetivo e objetividade é sinônimo de veracidade e da verdade sobre as coisas. Mas como explicar estes antagonismos então. O antagonismo do conhecimento e da impossibilidade absoluta do conhecimento da verdade se encontra no egoísmo como dissemos e não na impossibilidade do intelecto em termos de capacidade compreensiva dos objetos. Se tomarmos os termos de Emanuel Kant esta impossibilidade da verdade encontra-se nos estados e inclinações do sujeito e de suas percepções tendenciosas e incompreensíveis devido ao egoísmo que o orienta. O egoísmo é o causador do erro porque suas intencionalidades operam através de manipulação e falsificação para a produção de poder e dominação que exigem procedimentos inescrupulosos relacionados a práticas e imposturas políticas e sociais, as influências negativas da política, da economia nos tempos atuais é que definem a impostura e impossibilidade da ciência, e não o intelecto. Esta é a principal fonte da impossibilidade da verdade sobre as coisas em termos absolutos. A natureza diferenciada que situa a subjetividade da pessoa em processo de construção e produção do conhecimento não está relacionada a impossibilidade da verdade mas aos limites da pessoa que por falta de mais propriedades compreensivas impedem esse intento seja por insuficiência de informações seja por restrições de inteligência disponível na sua capacidade aplicada de conhecimento, pois como já esclarecemos em relatórios anteriores as percepções variam pela busca da verdade devido a idade, devido a formação diferenciada, devido ao nível da graduação, devido a especialidade da formação, devido ao contexto do ambiente natural e social. E finalmente as impossibilidades do conhecimento da verdade em sentido absoluto se referem a situação evolutiva do contexto que delimita de alguma forma o campo disponível de progresso material e social de correspondência com o momento histórico e com a situação resolutive dos problemas objetivos de determinada época em evidência, isso devido ao conhecimento dos objetos e fenômenos de acordo com a graduação disponível dos ensinamentos e conhecimentos presentes entre o conjunto da humanidade. Essa situação pode ser exemplificada acerca por exemplo dos conhecimentos de determinados fenômenos físicos quando ainda não se tem tecnologias suficientes para avaliar e fazer os diagnósticos necessários sobre certos assuntos. Na astronomia, essa situação é exemplar. Textos físicos têm mostrado que a distância das estrelas em relação a terra mantém milhas de distâncias em que muitos cientistas constatarem que as estrelas que vemos no firmamento durante uma noite estrelada muitas delas na verdade não existem devido a relação tempo-espaço em relação a terra concluindo que elas estariam ali em referência ao período de tempo passado, ou seja, que estariam mortas. Esta constatação errônea da física se aplica a muitas outras experiências astronômicas em razão dos poucos recursos tecnológicos e dos baixos conhecimentos científicos acerca da cosmologia, porque textos antigos tem mostrado que as estrelas que vemos numa noite estrelada são as estrelas que vemos naquele instante em que olhamos e que elas estão ali na sua forma

presente porque a relação tempo-espaço para a situação da luminosidade dos astros não faz tanta diferença devido sua luminosidade irradiante manter uma velocidade em níveis de instantaneidade de modo que a estrela que vejo num céu estrelado é a mesma estrela que vejo naquele exato instante devido a velocidade de sua luminosidade manter níveis de instantaneidade, isto quer dizer, que quando as estrelas brilham no firmamento celestial elas brilham ao mesmo tempo reluzindo sua luminosidade instantaneamente. Essa desatenção da velocidade da luz é que tem produzido entre os astrônomos muitos desconhecimentos a respeito do conhecimento sobre o sistema planetário e cosmológico. Assim que podemos constatar provisoriamente que a consciência contém a capacidade de conhecimento dos objetos – que é a sua própria razão de ser - de maneira absoluta mais relativa ao contexto histórico da época em evidência devido aos instrumentos de conhecimentos disponíveis à capacidade de diagnóstico sobre os fatos e fenômenos seja natural seja da ciência social dos sistemas políticos contemporâneos. Essa constatação é lógica e racional em razão de ser absolutamente incoerente pensar em uma condição humana que não é capaz de conhecer a natureza material e social que é parte do processo evolutivo da pessoa e em virtude de que esta mesma natureza natural e social está disponível para o aproveitamento da humanidade para suprir todas as suas necessidades substanciais.

Mas a lógica da consciência opera com a sua racionalidade absoluta apenas em situação de afetividade e não de egoísmo. Nesse sentido ela funciona levando em conta a faturação da pessoa, as necessidades substanciais prementes, considera o contexto natural e social, e visualiza o bem da vida em termos materiais de comodidade existencial. Assim que temos a seguinte formulação matemática:

1. Fórmula Matemática Social 1:

Consciência = afetividade+necessidades+contexto natural e social+bem estar material para a produção da vida = racionalidade objetiva da pessoa.

Se tomarmos o exemplo dos hominídeos novamente para pensar o processo lógico por exemplo do domínio do fogo poderemos ter uma ilustração precisa de como funciona a consciência racional e sua objetividade para resolução de abastecimento da vida. O surgimento do fogo aconteceu de forma fortuita decorrente de lampejos durante uma tempestade por exemplo atingido parte de madeira de arvores e produzindo o fogo em arvoredos ressecados. Estes hominídeos ao observarem tal fenômeno passaram a considerar que o fogo poderia servir para atender suas necessidades de alguma maneira pois haviam observado inicialmente que os animais vivos se afugentavam dele onde ele se fazia arder. Então procuraram encontrar uma maneira de mantê-lo acesso assim poderiam se livrar dos animais mais valentes. Eles observaram que se utilizassem pedaços de madeira envelhecida poderiam mantê-lo acesso pelo tempo em que tivesse lenha disponível, mas

precisavam que aquela luminosidade pudesse estar disponível em suas cavernas de modo que empilharam madeiras em direção a uma delas para que o fogo se mantivesse próximo delas. Com o tempo observaram que era muito trabalhoso estarem o tempo todo buscando lenha para manter o fogo aceso e considerando que eram nômades deveriam encontrar um meio de levá-lo junto com eles, de maneira que forjaram um artefato para acompanhá-los em um formato possível de transladar. Tempos depois ainda verificaram que por alguma razão e desatenção poderiam perder estas chamas acessas, como por exemplo cair o artefato em uma água, ou pela chuva, e terem que esperar novas tempestades que pudessem produzir faísca em alguma árvore, então buscaram uma forma de aprender a produzir aquela tecnologia. Eles observaram que o material lenhoso era o mais favorável para a produção do fogo por isso resolveram friccionar aquele material rodeado de resíduos vegetais de fácil combustão tendo, portanto, êxito nesse empreendimento. Assim desse modo passaram a dominar o conhecimento sobre o fogo baseado em várias observações e considerações uns dos outros acerca da maneira como poderiam fazer o domínio daquele conhecimento. Com o tempo o fogo além de ser usado para clarear a noite das cavernas e afugentar os animais também passou a servir para chamuscar os alimentos diversificando a dieta alimentar com as carnes sendo assadas melhorando a mastigação. Emanuel Kant (1999) considera que existe duas maneiras possíveis de compreensão dos objetos materiais:

(...) primeiro, a intuição, pela qual é dado um objeto, mas só como fenômeno; segundo, o conceito, pelo qual é pensado um objeto correspondente a essa intuição. (...) Todos os fenômenos concordam, portanto, necessariamente com esta condição forma da sensibilidade, pois somente mediante essa aparecem, isto é, podem ser intuídos e dados empiricamente. Ora, além da intuição dos sentidos pela qual algo é dado toda a experiência ainda contém um conceito que é dado na intuição ou aparece; logo conceitos de objetos em geral subjazem a todo conhecimento da experiência como condição a priori. Por isso a validade objetiva das categoriais enquanto conceitos a priori repousa sobre o fato de que a experiência (segundo a forma de pensamento) é possível unicamente por seu intermédio. Com efeito, as categorias se referem a priori a objetos da experiência, porque só mediante elas podem chegar a ser pensado um objeto qualquer da experiência (KANT, 1999, p. 118).

O fenômeno do fogo enquanto percepção, a experiência do fogo como brasa combustível que se consome em árvore ressequida, a consideração da tempestade e do faiscamento dos relâmpagos, o afugentamento dos animais, a luminosidade do fogo, etc, todos estes aspectos operados anteriormente na percepção intuitiva a priori e baseado na experiência material do fenômeno produziu a capacidade objetiva através de fases sucessivas de domínio do conhecimento da tecnologia do fogo. Neste processo lógico a percepção funciona em termos de instantaneidade em relação ao fenômeno observado de modo a permitir um procedimento didático de observação, consideração, realização e execução. A objetividade racional de domínio do fenômeno se apresenta através dos

artefatos produzidos e dos usos utilitários e pragmáticos comprovados para a atenção e resolução dos problemas a que se propôs solucionar. Estas faculdades intelectuais foram sendo progressivamente desenvolvidas entre os humanos em suas fases mais antigas inicialmente pelos processos de adaptação sobretudo climáticas que forçavam determinadas situações de vestimentas, alimentação e abrigo. Em zonas extremamente frias por exemplo, a tendência é de que os níveis de consciência busquem maneiras de adaptação para abrigarem os corpos das intempéries climáticas. O contexto natural, portanto, influencia no processo de desenvolvimento intelectual. O caráter hereditário segundo Charles Darwin (1909) também garante a transferência cultural do conhecimento das gerações mais antigas as mais recentes fazendo com que tal conhecimento siga acumulativo devido as novas gerações buscarem imitar os procedimentos mais melhorados e mais desenvolvidos aperfeiçoando continuamente os processos de aprendizado. Tais aspectos, o ambiente natural, a imitação, e a hereditariedade seriam aspectos componentes do desenvolvimento do conhecimento acumulativos das raças em estágios mais simples às mais desenvolvidas – e nas suas várias fases de desenvolvimento e diversidade de desenvolvimento – em virtude basicamente dos aspectos morais que alicerçam estas mesmas práticas em procedimentos costumeiros, de modo que a conservação destes conhecimentos acumulativos conservaram-se progressivamente mediante a manutenção de práticas que vão sendo selecionadas como as mais vantajosas para a sobrevivência e desenvolvimento do grupo. A concorrência entre os grupos rivais ou situações de perigos constantes fizeram que os humanos mais primitivos fossem desenvolvendo maneiras habilidosas de defender-se dos riscos a que estavam presentemente situados. No livro *El Origen del Hombre* Charles Darwin (1909), comenta sobre o processo de racionalização a partir de fatores morais e de como estes dois aspectos produziram a condição humana tornando os seres mais primitivos e mais desenvolvidos no processo evolutivo da condição humana.

No atual momento destes argumentos temos considerado os modos de como operam a racionalidade da consciência da condição humana nos seus termos cognitivos e intelectivos. Os argumentos de Emanuel Kant e Charles Darwin em conjunto nos apresentam que a estrutura craniana do humano contém uma capacidade operacional de funcionalidade que de maneira didática poderíamos discerni-la em duas partes principais. Em sua primeira condição temos os níveis intelectuais constituídos de neurônios capazes de operações de entendimento, compreensão e julgamento suficiente para o processo racional e lógico de observação dos fatos fenomênicos em um nível cognitivo e conceitual em que os objetos considerados filtram-se antecipadamente por uma intuição a priori que independente da consideração da experiência neste primeiro momento discerne e deduz de maneira lógica postulados hipotéticos que desenvolvem no nível do intelecto sem necessariamente fazer referência direta a experiência empírica dos objetos referidos, tendo secundamente suas conclusões necessidades de considerarem os objetos concretos a que eles dizem respeito

embora este processo do conhecimento não possa acontecer um independente do outro eles podem ser apresentados didaticamente de maneira compartimentada à maneira de exemplo técnico. Tal processo mostra-se coexistente devido a sensibilidade da percepção baseada na experiência histórica e observacional informarem ambos os momentos da investigação científica. O aspecto da experiência histórico e observacional comparece como um dos aspectos mais importantes do processo do conhecimento racional e lógico pois David Hume (1999) considera que a comprovação científica do processo dedutivo não se define sem a comprovação da experiência que é o momento de admissão de determinado efeito causal de um movimento fenomênico que tem sua referência de maneira importante na experiência, embora possa ser compreendido de forma simultânea em nível conceitual cognitivo. Ele afirma que

(...) todo efeito é um evento distinto de sua causa, portanto, não poderia ser descoberto na causa e deve ser inteiramente arbitrário concebê-lo ou imaginá-lo a priori. E mesmo depois que o efeito tenha sido sugerido, a conjunção do efeito com a sua causa deve parecer igualmente arbitrário, visto que há sempre outros efeitos que para a razão devem parecer igualmente coerentes e naturais. Em vão, portanto, pretenderíamos determinar qualquer evento particular ou inferir alguma causa ou efeito sem a ajuda da observação ou da experiência (HUME, 1999, p. 51-52).

Nesse sentido o autor complementa dizendo que o

(...) esforço máximo da razão humana consiste em deduzir a sua maior simplicidade os princípios que produzem os fenômenos naturais; e restringir os múltiplos efeitos particulares a um pequeno número de causas gerais, mediante raciocínios baseados na analogia, na experiência e na observação (...) Assim, por exemplo, uma lei de movimento descoberta pela experiência é a que diz que o momento ou a força de um corpo em movimento está em razão ou proporção de sua massa e de sua velocidade, e, por conseguinte, que a pequena força pode remover os maiores obstáculos ou levantar os maiores pesos se, mediante uma invenção ou mecanismo, pudermos aumentar a velocidade da força até fazê-la superar a força antagônica. A geometria auxilia-nos a aplicar esta lei, dando-nos as dimensões exatas de todas as partes e de todas as figuras que fazem parte de qualquer tipo de máquinas, mas, ainda assim, a descoberta da própria lei é devida unicamente a experiência; e todos os raciocínios abstratos do mundo não poderão jamais nos levar a dar um passo para chegar a conhecê-la. Quando raciocinamos a priori e consideramos um objeto ou uma causa, tal como aparece no espírito, ou seja, independente de toda a observação, jamais poderíamos sugerir-nos a ideia de um objeto distinto, como por exemplo seu efeito, e menos ainda mostrar-nos a inseparável e inviolável conexão entre eles. É preciso que um homem seja muito sagaz para poder descobrir através do raciocínio que o cristal é o efeito do calor e o gelo o efeito do frio, sem estar previamente familiarizado com o funcionamento destas estados dos corpos (Ibid, p. 52-53).

David Hume finaliza afirmando a preeminência da experiência no processo do conhecimento quando questiona a si mesmo perguntando *qual é a natureza de todos os nossos raciocínios sobre os fatos?* E responde: a relação causa e efeito. E continuando se interrogando pergunta *qual é o fundamento de todos os raciocínios e conclusões sobre essa relação?* E responde em uma palavra: a experiência.

Nestes três autores deixa-se bastante explícito a função da experiência da existência real observacional e experimental no processo de constatação dos raciocínios lógicos sendo que estas experiências se afirmam ainda na força do hábito e do costume nos seus efeitos bem definidos referentes a determinadas causas. Na conjunção dos argumentos dedutivos ou hipotéticos-dedutivos que se direcionam a observar determinados fenômenos ou eventos constam ainda outros aspectos que são considerados para a sua compreensão mais aplicada: *a semelhança, a contiguidade e a causalidade*, que são “os únicos laços que unem entre si nossos pensamentos e que engendram a serie regular de reflexão ou do discurso que em maior ou menor grau se realiza entre todos os homens (Ibid, p. 67). A relação de causalidade e efeito é, portanto, a única garantia da objetividade do pensamento racional devido a conexão necessário dessa relação sendo a experiência como se disse antes a constatação empírica desse processo.

No presente momento temos as seguintes informações que podem ser formuladas na seguinte forma:

2. Fórmula Matemática Social 1.1. Conhecimento puro ou a priori – independente da experiência – baseado em raciocínios intuitivos no âmbito do intelecto em termos abstratos a partir das considerações subjetivas da pessoa que formula embora referenciado de alguma maneira na existência real – limitadas pela subjetividade cognitiva da pessoa – definição de conceitos.

3. Fórmula Matemática Social 2. Conhecimento com base na experiência – percepção sensitiva e sensibilidade do objeto – experiência existencial do objeto – características e propriedades observacionais – contexto – causalidade e efeito – compreensão empírica do fenômeno.

Estes dois modelos compreensivos do processo do conhecimento correspondem aos dois momentos de consideração sobre os fenômenos objetivos da realidade e sua compreensão científica. Eles apesar de didaticamente poderem ser apresentados de maneira compartimentadas em razão do procedimento que se exige para consideração dos objetos e eventos naturais são partes de um mesmo movimento científico. O importante nesta explicação didática é a constatação de que o intelecto e a cognição responsável pela inteligência e compreensão racional objetiva do mundo natural e social contém uma esfera inteligível que opera antecipadamente acerca da consideração das coisas em nível abstrato de maneira dedutiva e lógica em que maneiras de percepção dos

sujeitos antecipam ferramentas de diagnósticos lógicos sobre fatos a serem observados empiricamente posteriormente. Certamente mesmo a forma lógica abstrata que antecede a observação experimental dos eventos não dispensam e mesmo depende de alguma maneira de referências da experiência existencial das coisas sem as quais ela não poderia operar e considerar posto que o cérebro somente faz juízo daquilo que de algum modo manifestou-se em termos de realidade vivencial.

É importante chamar atenção aqui nesse processo para o diferencial da subjetividade de disposições cognitivas ativas que define o nível e o alcance da compreensão dos fenômenos observados, o que causa a variação da compreensão sobre o mesmo fenômeno. A sensibilidade dos objetos que é dada pela percepção observacional do sujeito e é considerada por este em termos intelectuais e racionais depende da graduação de informações e conhecimento que este mobiliza de forma ativa. Esta situação pode ser comprovada pelos níveis de graduação educacional que restringem a compreensão mais complexa de maiores combinações de causalidades e efeitos. Essa variabilidade subjetiva ligada a aspectos cognitivos do sujeito é verossímil devido a cognição depender da experiência e do quantitativo informacional disponível e da capacidade intelectual de desenvolvimento pois o intelecto desenvolve-se a partir do trabalho intelectual que compreende leituras, observação dirigida, procedimentos didáticos metodológicos, investigação, capacidade de combinações e julgamento de aspectos múltiplos, diversidade de informações consideradas, perfil da temática e formação da pessoa em termos educacionais, domínio de conhecimentos. Os limites da compreensão dos objetos dependem portanto do sujeito porque dependendo da capacidade cognitiva do sujeito os objetos podem mais ou menos serem compreendidos em suas particularidades e realidades de propriedades que lhes caracterizam a existência fenomênica.

Estes aspectos podem ser bastante entendidos se considerarmos que o processo cognitivo e inteligência neurológica requerem uma capacidade de processamento de informações recebidas baseadas na experiência passada e presente em que se considera o ambiente social e natural de contexto, aspectos biológicos da pessoa, da hereditariedade cultural, tendências e talentos para determinados perfis profissionais.

Ellen Ximendes (2010) em seu estudo de dissertação *As Bases Neurocientíficas da Criatividade* apresenta os seguintes diagnósticos epistemológicos referente ao processo criativo que a cognição realiza para o desenvolvimento da criatividade.

Em suma, a criatividade estabelece-se no cruzamento de factores genéticos, comportamentais e de características biológicas. O ambiente, as experiências familiares, educacionais e sociais parecem determinar a realização das potencialidades criativas. A experiência interage com a biologia e possibilita a existência de diferentes domínios e provavelmente cada um com bases neurológicas diferentes. Estes domínios de expressão criativa estão associados com diferentes estruturas cerebrais (p. 13).

Na infância são formadas e consolidadas sinapses envolvidas com a experiência. O desenvolvimento do cérebro atinge o seu auge na pré-adolescência, uma 14 fase caracterizada pelo aumento na força das conexões sinápticas, no crescimento dendrítico e a mielinização de um grande número de fibras nervosas resultando em um aumento da capacidade cerebral e funcional (p. 13-14).

Um aspecto importante da criatividade é a capacidade de utilizar analogias entre os itens mentais para gerar novos significados, no qual o córtex associativo e córtex pré-frontal estão envolvidos neste processo. As informações são processadas pela emoção e pela cognição que apesar de sobrepostas são regidas por áreas diferentes do cérebro, sendo a primeira tratada por estruturas do sistema límbico como a amígdala e outras como o córtex cingulado e o córtex ventromedial. Já o sistema cognitivo conta com os córtices temporal, occipital e parietal além do hipocampo. Ambas dependem do córtex pré-frontal dorsolateral para a sua integração. A cognição depende também da memorização e representação que pode ser implícita e envolvem os gânglios da base ou explícita que envolvem funções cognitivas superiores do lobo frontal e pré-frontal e estruturas do lobo temporal medial em que o striatum, uma das principais estruturas dos gânglios de base, irá activar paralelamente estes dois sistemas, pois possui conexão com o lobo frontal. O núcleo acumbente (*accumbens*) exerce um papel central nos comportamentos de reforço positivo ou negativo. O striatum ventral antecipa os resultados gratificantes de escolha, assim como os mecanismos sub-corticais de reforço, juntamente com a sua interacção com o córtex frontal e o sistema límbico actuam nas funções cognitivas de processos de decisão. O hipocampo, o córtex temporal e estruturas frontais são envolvidos na aprendizagem de novas experiências, principalmente baseada na memória explícita, enquanto o sistema estrital se encarrega da mesma informação quando fica mais conhecida e repetida (p. 14).

O termo cognição refere-se a todo 'acto ou processo de conhecimento' (Flavell 1993 apud Fonseca, 2001), ou algo que é conhecido através dele por meio de processos pelos quais a entrada sensorial é transformada, reduzida, elaborada, armazenada e recuperada e utilizada ((Neisser, apud Albright, Kandel, e Posner, 2000) A partir do século XIX em que houve a intensificação do estudo do cérebro, a atribuição das funções cognitivas como decorrentes de um processo evolutivo potencializaram a afirmação que o cérebro é o órgão responsável na formação da cognição, «no qual factores genéticos e ambientais favoreceram o desenvolvimento de certas estruturas e funções». 49 Segundo Fonseca⁵⁰ a cognição pode emergir no cérebro porque nele ocorrem determinadas condições «biopsicossociais ou bioantropológicas» dinâmicas e evolutivas (p. 34).

A interacção do indivíduo com o meio permite-lhe alterar as conexões de uma rede neuronal já estabelecida. Este processo é denominado pela neurociência de plasticidade. Para o indivíduo interagir com o ambiente é preciso a existência de dois sistemas: O sistema perceptivo (informações sobre o ambiente) e o sistema de acção (interfere causalmente neste mesmo ambiente). Em 1932 Jacob Von Uexkull⁵¹ propôs que a influência entre estes dois sistemas originaria um ciclo funcional, no qual através de uma interacção recíproca, uma percepção influencia uma acção, que influencia uma percepção seguinte, e assim por diante. Intermediariamente aos dois sistemas, o sistema executivo irá planear as acções e decidir o comportamento adequado realizado pelo

sistema de acção em decorrência das informações que receberá do sistema perceptivo. Ilustração 6 – Fluxograma ilustrando como as diversas partes do sistema nervoso que integram, com base no conhecimento das principais vias de processamento de informação. O sistema nervoso é representado pelos sistemas sensorial (S), intrínseco (I), cognitivo (C) e motor (M), cuja finalidade é a geração do comportamento (B). O comportamento pode ser reflexo (r) ou voluntário (v). A informação intrínseca actua como sinal de controlo (c) para regular o estado comportamental. A saída do sistema motor (1) produz o comportamento, cujas consequências são monitorizadas pela retroacção sensorial (Swanson, 2003, apud, Silveira, 2008, p. 134). É presumível que o sistema executivo seja coordenado pelo córtex pré-frontal, e 'formado «pelas áreas associativas do córtex (parietal, temporal e frontal) e pelo sistema hipocampal' (Pereira Jr. 1998) porém o seu funcionamento depende da integridade com as estruturas corticais e subcorticais que estão conectadas a ele. No período da adolescência que ocorre uma diminuição gradual da densidade sináptica e uma moldagem de sinapses desta região frontal do cérebro, sintonizando os processos cognitivos dos lobos frontais (p. 35).

Neste sentido, Vítor da Fonseca aponta para o desenvolvimento de uma educação cognitiva que se baseia nos princípios neuropsicológicos do processamento de informação e das abordagens contextuais de desenvolvimento cognitivo. Segundo ele, a inteligência possui características bioantropológicas na sua origem, mas psicossocial no seu desenvolvimento, respeitando a heterogeneidade e a diferença cultural. Com objectivos de desenvolver a cognição e a emoção a educação cognitiva enfoca no desenvolvimento das competências de resolução de problemas, com treinos sistémicos e estruturados das funções, habilidade, aptidões de captação, integração, planificação e comunicação de informação. O ambiente cultural pode ser visto como um facilitador das funções cognitivas que disponibiliza aos seres humanos uma série de ideias e imagens, sentimentos e impressões. Ele introduz uma colectividade cognitiva na mente humana e ao mesmo tempo, diferencia seres humanos e animais (p. 51).

Esta abordagem pode ser integrada para usá-la comparativamente com a proposta por Fonseca (2001), onde a preocupação central do processo de observação deve enfatizar as componentes do acto mental no seu todo, isto é, das funções de atenção e captação (input = receber e interpretar dados e produzir procedimentos para lidar com o problema), de integração e elaboração (processamento = criar operações e processos relacionados com as tarefas inerentes ao problema) e de planificação e expressão (output = aquisição de competências para solucionar o problema) de informação, concebidas como aptidões para a construção do conhecimento (p. 52).

A abordagem proposta no capítulo dois sugere um indivíduo dotado de um repertório genético e que recebe constantes estímulos ambientais, nos quais favorecem a aquisição e o armazenamento de conhecimentos cognitivos/emocionais e externos/internos, a construção da uma personalidade e que pode regularmente solucionar problemas, criar produtos ou interpretar novas questões sobre o meio em que actua (p. 69).

Os aspectos ligados a consciência cognitiva são basicamente os seguintes: informação, memória, linguagem, influências genéticas e hereditárias, meio ambiente natural e social, capacidade de combinação de aspectos múltiplos, plasticidade adaptativa, enfrentamento de problemas reais e objetivos, desenvolvimento de tendências, habilidades, aptidões, capacidade de processamento múltiplos destes fatores. Estes aspectos definem o nível e a graduação dos processos cognitivos do conhecimento e inteligência dos objetos e fenômenos naturais e sociais que dependem também das maneiras despertadas e desenvolvidas de dedicação, disciplina, metodologia, pragmatismo.

Nos procedimentos epistemológicos investigados em que constatamos a relação ente a dimensão do social da condição humana com a consciência e que esta por sua vez se relaciona com afetividade que está ligado aos meios cognitivos mais eficazes para que seja possível estabelecer o melhor processo de prosperidade material e social da vida com a existência vivencial com dignidade e justiça social conclui-se que estes aspectos são necessários para a promoção do desenvolvimento da condição humana e que eles foram constatados de maneira bastante precisa por Aristóteles de Samos no seu livro *Ética a Nicômaco* (1996) em que se encontram seus principais preceitos e conclusões.

A lógica da condição humana de uma cosmologia humana da dimensão social da pessoa e dos sistemas políticos

O Grupo de Pesquisa de Cosmologia Humana: os ordenamentos políticos, os fatores da pessoa e o desenvolvimento evolutivo da condição humana que tem empreendido desde a sua constituição em 2012 pesquisas de iniciação científica pelas modalidades PIBIC/UFAC/CNPq para investigação da condição científica da condição humana através de uma metodologia epistemológica baseada na consulta de textos filosóficos, sociológicos e de distintas áreas das ciências naturais como física, química, biologia, dentre outras áreas disciplinares tem alcançado nestes período de estudo 2016-2018 importantes resultados conclusivos para o avanço do pensamento científico contemporâneo. Nesta parte deste texto importa-nos fazer um conciso resumo dos principais postulados que orientam estas pesquisas que constataram os principais resultados que chegamos mediante estas investigações, em particular, para as questões de desigualdade de gênero da condição humana.

Uma primeira observação consiste em definir que a ciência cabe conhecer e desvendar a compreensão do mundo natural e social em termos de correspondência com sua lógica dinâmica que regula a cosmologia humana pelos seus reinos constituintes – o mineral, o vegetal, o animal – e o mundo humano. Independentemente do estado de coisas em que se encontram os sistemas políticos contemporâneos com suas mais inconsistentes formas organizacionais e técnico-científicas que extravasam os limites do conhecimento racional esta situação presente da contemporaneidade não pode ser considerada suficiente nem que ela tenha chegado na situação primordial do possível pela condição atual. Em

termos de ciência e correspondência cosmológica as inconsistências e incongruências não podem ser consideradas o limite do possível pois a consciência do pensamento científico tem como principal função identificar a natureza do mundo natural e social nas suas mais variadas formas de funcionalidade que em termos técnicos encontram equalização racional para a existência vivencial e existencial na condição de satisfação da preservação da vida com o usufruto da melhor situação material e social e intervir cientificamente na vida social do mundo humano e ciência em termos científicos é uma epistemologia da ciência cuja função é de revelar a lógica da condição humana em termos cosmológicos e humanos para que se possa ter a compreensão da vida social, e se muitos diagnósticos não conseguiram encontrar a compreensão pertinente do mundo natural e social fazendo com que se vivencie situações de imprudência existencial isso aconteceu somente pela imperícia e desatenção do mundo da sua incapacidade ao longo do processo evolutivo de compreender a estrutura totalizante da cosmologia humana em termos funcionais pela qual ela funciona e se governa na sua lógica mais dinâmica e funcionalizante através da qual o cosmo organiza-se. E isso tudo se deve ao antagonismo dos sistemas capitalistas.

Neste sentido conforme já afirmamos nos relatórios passados 2016/2017/2018 PIBIC/UFAC/CNPq a condição do social da condição humana contém uma equivalência com a tendência de equilíbrio do cosmo cuja principal função estrutural é de proteção da vida humana, isto é, toda a estrutura totalizante do cosmo, como o sistema dos satélites, o sistema sideral, o sistema dos planetas foram criados e constituídos para permitir a existência vital dos reinos mineral, vegetal, animal e mundo humano. O cosmo portanto independente do que se diga é um sistema de vida: *essa é sua função primordial*. Na condição humana, a pessoa constituída de consciência coube a função de dirigir e governar a vida existencial em seus contextos históricos de suas fases evolutivas tendo estes três reinos a seu dispor como recursos materiais para que a vida social encontrasse sua forma dinâmica organizacional em que os graus cognitivos de racionalidades lhe permitiriam chegar aos procedimentos coerentes para uma vida de satisfação existencial. A racionalidade da consciência da pessoa humana, já dissemos, corresponde graduações intelectivas advindas de uma correspondência de uma esfera divina – isto é, não humana – cuja principal propriedade de neutro característica é a inteligência constatando que a existência da pessoa humana em termos cosmológicos contém partículas de átomos de inteligência que definem a consciência como uma espécie de propriedade de molécula de átomos de conhecimento capaz de diagnosticar a dinâmica natural e social porque dela participa enquanto potência, quer se dizer, que a consciência é formada por matéria com propriedade para conhecer a natureza natural e social na sua função mais precisa e calculada porque a pessoa seria nos dizer de René Descartes (1996) como uma célula unidade do universo cosmológico do humano e tendo ele consciência de si mesmo enquanto pessoa saberia obviamente entender que o principal bem humano é a existência da vida tal qual a estrutura total do cosmo.

Então temos uma fórmula sintética que associa **cosmologia-vida-pessoa-inteligência-racionalidade e objetividade para entender o processo vital que é a vida.**

A esta fórmula se acresce o caráter de afetividade ou afeto como atributo da vida (ARISTOTELES, 1984). A característica afetiva da condição humana é uma propriedade essencial da vida uma vez que a condição social da pessoa humana é de ser um ser social por natureza. O ser social por natureza da condição humana é um aspecto empírico e objetivo pois é a partir da relação sexual afetiva entre um ser masculino e feminino que garante a vida individual da pessoa como ser fruto de um fenômeno social. A natureza social da pessoa como disse Aristóteles afirmando que o humano é um ser social político por natureza deriva desse processo social e o afeto que regula e enlaça a interatividade como um guardião da sociabilidade vem da matéria empírica do apreço e estima do que os pais e mães sentem e dispensam para seus filhos. Assim temos que o afeto ou afetividade é a garantia da inter-relação social das pessoas individuais em suas formas concretas vivenciais e da relação da afetividade depende a racionalidade e objetividade das formas de procedimentos científicos visto que o cuidado e o bem-querer dos filhos e filhas exigem perícia e atenção para se proceder a maneiras condizentes com o seu crescimento saudável e progressivo desde a seleção de alimentos para o seu sustento para que este não venha a definhando e falecer até os procedimentos necessários a sua existência humana preparando-os para uma vida em contexto de desafios exigidos a existência satisfatória de bem-estar. A única diferença é que o sistema egoístico é racional em termos técnicos e da ciência da natureza e mesmo nesta área a sua a sua irracionalidade se manifesta pela utilização de matérias primas e produtivos de baixa qualidade ou com níveis de preços ao alcance da corrupção.

Nossa fórmula sintética se completa através da inserção do afeto, assim temos, **cosmologia-vida-pessoa-inteligência-racionalidade e objetividade – afetividade – para entender o processo vital que é a vida.**

Se a situação contemporânea é uma situação adversa a esta que identificamos por uma epistemologia da ciência é um fato bruto que somente serve para constatar a existência do erro científico cuja gravidade maior consiste em naturalizar e banalizar muitas das condições presentes irracionais de necessárias e naturais: o que é outro erro. Isso porque também identificamos de onde vem o erro nos trabalhos de pesquisas precedentes que em uma palavra podemos garantir e assegurar que o erro vem do *egoísmo*. O *sistema egoístico* cujas propriedades disciplinares desreguladas vieram regredindo a condição humana nos seus processos regressivos surgiram da incompreensão em que a situação concreta dos contextos históricos das fases da condição humana com seus desafios de compreensão adaptativo obedeceram a impulsos instintivos de sobrevivência egoística. Estes impulsos egoísticos que identificamos relacionam-se com a esfera religiosa cuja fatoraçoão exerceu influência nos tempos remotos, dos contextos das cidades estados com o aparecimento da moeda que estimulou ganância e corrupção e dos fenômenos

guerrilheiros por poder e por dinheiro no contexto da Revolução Industrial e Revolução Francesa do século XIX no mesmo momento em que aconteceu a formação da sociologia.

Tendo considerado os achados das pesquisas anteriores e explicitado como funciona a lógica da cosmologia humana interessa-nos nesta parte relatorial explicar como deveriam ser em termos de ciência para esclarecer o que nos está ausente ou o que desconhecemos por não termos empreendido primordial ação científica. Além disso explicitar como deveria ser revelada os meios e os procedimentos através dos quais poderemos avançar nas formas organizacionais dos sistemas políticos uma vez que saberemos a função da vida social e a lógica dinâmica que lhe regula sem a qual uma intervenção racional não poderia ser possível tendo a certeza técnica de que a tendência evolutiva da condição humana pode ser resguardada e poderemos acessar fases mais evolutivas de consciência humana com níveis tecnológicos e materiais mais modernizados capazes de fazer evoluir a vida social como por exemplo conhecer o espaço sideral – o que ainda não existe apenas existe na linguagem ideológica – e mesmo desenvolver uma indústria aeroespacial tendo ciência de que ela não pode se desenvolver com um sistema político com corrupção, miséria e exclusão social, sem regulação climática, sem noção de pleno emprego, sem processos técnicos científicos metodológicos baseados em uma cosmologia humana, sem preceitos e princípios éticos e morais de uma política econômica de valorização e preservação da vida. O estado de coisas atual revela nossa capacidade técnica mas ele revela muito mais nossa incapacidade técnica e é as razões desta incapacidade técnica que necessitamos conhecer para poder avançar o pensamento científico atualizando-o ao tempo presente para resolver seus problemas de contextos históricos.

A LÓGICA DA CONDIÇÃO HUMANA E DOS SISTEMAS POLÍTICOS

As sociedades humanas são sociedades evolutivas e a tendência de equilíbrio da relação quantidade-qualidade é a tendência dinâmica que regula o universo cosmológico da condição humana por mais que esta premissa epistemológica da ciência social tenha sido negada ou tenha ficado desconhecida pelos textos técnicos-científicos das ciências sociais até os dias contemporâneos por mais que este desequilíbrio tenha sido resultado dos desequilíbrios dos desafios existenciais do humano, mas sobretudo pelo estabelecimento dos sistemas egoísticos que instauraram os sistemas capitalistas. A tendência de equilíbrio é portanto a lógica dinâmica que deveria governar e dirigir a orientação da condição humana em seus mais diversos tipos de sistemas políticos organizacionais porque a tendência de equilíbrio é a garantia da objetividade científica em termos de produção de artefatos, mercadorias e procedimentos das modalidades de práticas plausíveis. A vida social da condição humana é evolutiva em termos de desenvolvimento da condição material e social da pessoa mas a tendência progressiva da condição humana em termos de identificação das modalidades de formas comportamentais e diagnósticos acerca dos fatos fenomênicos

objetivos para a garantia de seu utilitarismo pragmático voltado para a satisfação das necessidades substanciais dos sistemas políticos constituem-se em desafios evolutivos devido o presente sempre deparar-se com fenômenos indeterminados sendo a exigência de objetividade o pressuposto da consciência para proceder a uma ação racional progressiva que assegure a vida cotidiana existencial. A hipótese comprovada da cosmologia humana como sendo governada por uma lógica dinâmica de tendência de equilíbrio define-se pela epistemologia da ciência através da afirmativa de que o sistema cósmico é um sistema que foi criado estruturalmente para a preservação e proteção da vida da condição humana em que se forneceu todas as condições materiais dos recursos naturais dos distintos reinos – mineral, vegetal, animal – para o abastecimento da pessoa tendo esta sido composta por um caráter psicofisiológico-social – a consciência inteligente – através do qual poderia desencadear as práticas por meio das quais sua prosperidade material e satisfação existencial garantiria sua vida vivencial de contexto histórico diante dos desafios postos pelas fases evolutivas. Então constituído por uma inteligência e consciência racional objetiva através da qual o conhecimento do mundo natural e social poderia se realizar isso por si só garantia o potencial criativo para que os fenômenos e suas propriedades fossem diagnosticados com precisão matemática desde que o conhecimento científico da condição humana fosse compreendido pela consciência social que a experiência empírica da vida diária haveria de despertar e fornecer diante da vida humana. Se os textos antigos filosóficos e os modernos até Rene Descartes, por exemplo, tenham assegurado a condição humana como resultado de uma ação de um ser imaterial e incorpóreo que plasmou a pessoa com uma consciência racional para que este pudesse agir no mundo de maneira inteligente isso por si só não excluiria os desafios de identificação dos pontos ótimos dos procedimentos práticos que a vida social adviria de convencionar com a razoabilidade certa da ciência. Mas a certeza de que os procedimentos científicos encontrem sua objetividade empírica na produção de artefatos e mercadorias úteis estariam resguardados pelo caráter pragmático e utilitário das mesmas e dos benefícios humanos uma vez que um artefato errático ou um comportamento débil traria automaticamente efeitos colaterais que sinalizariam para a situação incongruente pela forma como foram realizados ou feitos. É como se o universo cosmológico da condição humana garantisse o perfeccionamento das coisas e das práticas com resultados nos processos sucessivos de correspondência benéfica posto que os processos daqueles resultados de maneiras imperfeitas deixariam rastros ou sinais de instabilidades, desregulamentação por algum dos seus efeitos deletérios em relação a vida. A pessoa consistiria ou corresponderia a unidade objetiva de análise de verificabilidade dos processos objetivos na medida em que os artefatos e procedimentos sociais reproduzissem sua melhoria progressiva e garantissem sua prosperidade material e social em relação ao sistema político na qual ela pertence sendo a certeza da objetividade tanto por parte do artefato ou produto confeccionado quanto pela prática social desenvolvida em termos socializantes. A incidência errática de efeitos assimétricos que a violentasse seja por meio

de violência, seja por meio de um produto que lhe fez mal por uma incongruência técnica, pelas injustiças sofridas que lhe deixaram em desigualdades e fome ou mesmo em situação de desposuído domiciliar, isso por si só indicaria a passionalidade e a inconsistência objetiva do procedimento realizado. Os descasos diante da vida é um descaso científico que expressa o anti-cientificismo daqueles que dirigem os sistemas políticos contemporâneos mediante formas explícitas de injustiças, de arbitrariedades, de descabimentos explícitos.

Isso afirmo porque a tendência de equilíbrio é a dinâmica lógica da condição humana e os procedimentos erráticos que certamente produzem o desequilíbrio e a instabilidade social é a constatação dessa explicação. O universo cosmológico da condição humana contém variáveis objetivas de verificabilidade para a identificação dos pontos certos contrário aos quais os desequilíbrios se fariam presentes mediante efeitos assimétricos e contraditórios, antagônicos e ambíguos pelos quais se poderiam verificar que os procedimentos realizados para o alcance de determinadas situações estariam necessitando de melhoramentos ou que àqueles que foram realizados não comportavam as propriedades condizentes para se chegar aos resultados esperados. A condição evolutiva progressiva de tendência de equilíbrio seria resguardada pela capacidade que o procedimento científico teria para verificar as situações implausíveis e inconsistentes cujos efeitos deletérios ou precários prejudicariam o impulso da prosperidade material e social devido os resultados desregulados que trariam formas comportamentais ou artefatos mal construídos ou elaborados para a satisfação da qualidade de vida do conjunto da população envolvida do sistema político em evidência, esse efeito precário do procedimento que traria violência, artefatos imprestáveis, desigualdade, exclusão da participação dos recursos, injustiças, seriam suficientes para identificar que o processo evolutivo do sistema estaria trilhando por caminhos erráticos e egoísticos anti-científicos.

Segundo dissemos a epistemologia da ciência social tem a função de revelar a lógica da condição humana em termos cosmológicos e humanos para que se possa ter a compreensão da vida social. Não seria de se supor que esta ação racional da pessoa se realizasse de forma automática e programática sem o procedimento do protagonismo do humano na definição de suas ações porque a ação racional da pessoa corresponde ao seu próprio protagonismo sendo que este acaso agisse irracionalmente certamente adviria sobre si mesmo os efeitos colaterais que sua ação passional teria acabado de proceder. Isso não significa ou não significaria que o processo evolutivo da tendência de equilíbrio da condição humana não apresente ou não se manifeste em termos de desafios para a condição social da pessoa através das formas de contato com o ambiente natural e social da vida. Seria ingênuo supor que o processo organizacional dos sistemas políticos manifestasse explicitamente o caminho através do qual as suas formas organizacionais se estabeleceriam, mas em se sabendo tecnicamente que o horizonte organizacional do humano é a proteção e preservação da vida material e social da pessoa isso seria suficiente para indicar o caminho dos processos sociais. O conhecimento do mundo natural e social

por si sós já manifestariam os desafios da vida coletivizada e socializada da pessoa devido não estarem dito ou explícitos a priori os procedimentos concertativos para o alcance desta meta fundamental. A garantia *stritu sensu* para a tendência de equilíbrio seria dada por meio dos procedimentos racionais e técnicos científicos guiados pela afetividade humanitária territorial da nacionalidade em evidência e em termos mundiais para superar os obstáculos e garantir o entendimento dos desafios para a satisfação das necessidades materiais e sociais justas e distributivas em tendência de equilíbrio isso devido ao fato de que as faturações sociais da pessoa – o político, o econômico, o religioso, o cultural, a consciência, o social – produziriam as propriedades disciplinares a partir dos contextos históricos conferindo àquelas condizentes com os desafios do momento a depender de que estes desafios tenham sido identificados em suas linhas gerais exigindo um aperfeiçoamento das mesmas para que estas fossem difundidas e valorizadas como necessárias para o alcance da resolução dos problemas evidentes, como as propriedades que foram fomentadas no século dezenove no contexto do surgimento do sistema capitalista – embora um sistema baseado na exploração e desigualdades sociais – em que o utilitarismo, pragmatismo, disciplina, eficiência técnica, escolaridade, passaram a ser fomentada naquele momento em que emergia uma sociedade altamente industrializada e tecnificada socialmente em que as faturações sociais da pessoa agiam de maneira de conjunto para assegurar estes empreendimentos de prosperidade material e social como professou a ética protestante e o espírito do capitalismo de Max Weber e os preceitos do calvinismo, puritanismo e pietismo que Robert Merton investiga em que tal influência religiosa do protestantismo estimulou uma ação no mundo de maneira objetiva que correspondia ao melhoramento material e social enquanto uma maneira de expressar uma gratidão de completude que sinalizava para aquele praticante uma benção divinizada da pessoa que agisse com austeridade social, honestidade de disciplina, dedicação ao trabalho, a família, e exclusão dos vícios materiais (WEBER, 2001 e MERTON, 1969).

No entanto embora a consciência da pessoa seja constituída por inteligência e racionalidade a experiência da vida humana vivida no cotidiano diário manifestaria seus próprios desafios na medida em que a evolução humana conta no seu processo progressivo com fenômenos novos que exigem constantes adaptações de aperfeiçoamento sistemáticos que ajustem as aptidões práticas com os avanços que o futuro do presente apresenta para o sucessivo processo progressivo. Isso faz com que a vida cotidiana não se desdobre de maneira automática e plausível em termos de desiderato ou destino posto que ela exige um constante estado do ser para que este permaneça objetivamente orientado por suas experiências de prosperidades passadas que lhe qualificam potencialmente para as respostas provável de correspondência com a precisão que os fenômenos solicitam para a resolução pragmática dos acontecimentos que oferecem-se para o aprimoramento desafiante da vida existencial da pessoa. O constante desafio do futuro presente faz com que os processos evolutivos incidam em crescimentos dos níveis cognitivos de maiores graduações para extrair compreensão objetiva dos fatos e fenômenos sociais a que ela se

defronta. É isso que garante o crescimento dos quocientes de inteligência que se expandem em razão das experiências inovadoras que acumulam-se mantendo uma regularidade a partir dos procedimentos anteriores. E mesmo agindo dessa maneira por descuido de alguns envolvidos nas análises definidoras das diretrizes políticas organizacionais dos sistemas sociais não conferindo a devida atenção e desprendendo o tempo necessário para a análise dos procedimentos alguns distúrbios poderiam processar-se devido a imperícia e imprecisões de procedimentos fazendo com que se tomasse certas situações e efeitos como naturais de um fenômeno que foi mal compreendido e difundido como inevitável gerando preconceitos ou pré-noções que poderiam alcançar quase a condição de valores ou naturalizações sociais como muitos exemplos podemos citar acerca destas questões: como a banalização da corrupção, a banalização de que a pessoa é corruptível por natureza, os assassinatos naturalizados, a exploração, a fome, a miséria, a concentração de renda, a desigualdade de gênero e muitos outros exemplos. A garantia que temos cientificamente verossímil e sistematicamente conclusiva consiste na condição fatural de que um procedimento errático produz automaticamente e sem nenhuma controvérsia um efeito colateral que assegura em termos de uma percepção objetiva uma impropriedade científica e que esta manifestação incongruente exige uma correção atenta. Ela simplesmente indica um erro e erro é imperícia, é desatenção, é desconhecimento. A funcionalidade da prática social ou do artefato produzido indica a objetividade do conhecimento pelo seu caráter pragmático e utilitário no sentido funcional da utilidade para o benefício da condição da pessoa humana. A funcionalidade da técnica de um conhecimento natural e da técnica de uma prática social tem o mesmo grau de objetividade científica devido a ciência social ser um produto humano seja da área natural seja da área social. A técnica científica por mais objetiva que seja do conhecimento da área natural pode ser passível de ser desobjetivada caso a formação social da pessoa seja precária em termos de ciência social. Isso indica uma condição necessária e comprova que a objetividade científica e o avanço do pensamento científico da condição humana é sociologicamente evidente posto que o avanço social não pode ser compensado pelo avanço somente da área da natureza e o avanço da área somente da natureza não conduz ao avanço social da sociedade. O conhecimento social da área natural e social exige uma correspondência em termos de ciência porque são parte da mesma natureza da ciência: a condição humana. Um bom mecânico como diria o senhor Pedro da Oficina Progresso não garante uma boa mecânica por mais que seja capacitado profissionalmente em termos de mecânica porque pode acontecer que ele não tenha simpatia por um sujeito ou guarde rancor em relação a uma pessoa que lhe sugere um serviço em seu veículo e então ele é capaz de utilizar um peça desgastada ou fazer um serviço malfeito por uma impropriedade social fazendo com que ocorra um acidente proposital e deliberado por sua atitude egoística e irracional. O egoísmo e irracionalidade estão relacionados a todos os tipos de procedimentos que vão contra a dimensão do social da condição humana – correspondem ao preconceitos, exclusão social, corrupção, injustiças sociais, etc.

A questão de gênero da condição social do humano: considerações sobre a desigualdade de gênero

Como parte destas observações teórico-prática-metodológica-aplicada e instrumental teremos a oportunidade de verificabilidade a partir da temática de gênero cujo assunto buscaremos explicar a partir do material empírico e documental de textos técnicos científicos.

O tema da situação de gênero que trataremos nesta parte deste texto é elucidativo dos desentendimentos e incompreensões científicas e sociológicas da relação entre feminino e o masculino que até os dias contemporâneos sustentam explícita ou indiretamente o argumento técnico científico ou sociológico da inferioridade da mulher. Como já afirmamos em muitos outros relatórios precedentes toda a vida social é estruturada pelas relações de gênero. A nossa pergunta é muito simples a que orienta estas observações de uma sociologia compreensiva contemporânea: por que a condição de ser mulher, de ser feminina, por si só, autoriza ou garante a superioridade masculina? Em outras palavras, o simples fato de uma pessoa ter nascido mulher já define uma condição de subordinação e inferioridade em relação ao masculino? Em termos de uma cosmologia da ciência humana a resposta é não. A sociologia compreensiva contemporânea diz que não e sua constatação conclusiva baseia-se na análise funcional da condição do social da condição humana e compreensão da situação do ser homem e ser mulher na vida social que assegura que a consciência da pessoa humana – mulher ou homem são iguais – em termos de racionalidade e que a diferença natural de ser mulher e de ser homem é uma diferença orgânica e biológica natural e não uma inferioridade – a mulher é diferente do homem e o homem é diferente da mulher: é uma diferença e não uma desigualdade com tonalidade pejorativa de superioridade ou inferioridade. O papel da ciência como dissemos é de explicitar a função de como a coisa é em si o que já define como deveria ser. O fato da situação não ser em termos de ciência na vida real do presente não significa também que o ser em si real seja a situação do ser em termos de sua função científica. Todo o ser, fato, ou fenômeno, um objeto, um evento, um acontecimento tem uma razão de ser, tem uma razão de ser em si tal qual a coisa é enquanto coisa de propriedade de matéria específica da coisa em si, com sua função potencial consequentemente, e esta coisa real em si da realidade presente embora seja realmente empírica não necessariamente designe a sua substância de coisa em termos de sua origem cosmológica, pois suas propriedades podem ter sido poluídas e destituído sua realidade primeira de coisa em si.

A situação de gênero pode ser útil para exemplificar experimentalmente e empiricamente esta situação a partir da relação do masculino e do feminino na vida social e de mostrar como a situação de ser mulher no mundo contemporâneo foi resultado de incompreensões e imperícias determinadas pela incapacidade de resolução dos desafios de contexto das fases evolutivas e ampliadas pela incapacidade de observação científica

de uma epistemologia da ciência social. Tomemos em princípio a literatura bíblica e litúrgica para começarmos por investigar a situação da mulher da condição humana em termos evolutivos. Toda a literatura bíblica seja de caráter catolicista seja de caráter islâmico, a mulher é vista como: i) inferior ao homem lhe devendo obediência; ii) a sua subordinação está associada a sua situação passional de ser corruptível pelos impulsos sexuais; iii) também sua inferioridade e subordinação se justificam pelo seu caráter de reprodutora na divisão sexual de produção e reprodução da condição social do humano. Tomemos por enquanto estes aspectos que sugerem a inferioridade da mulher no contexto dos textos litúrgicos e religiosos em que elas são visualizadas como fonte de pecado e concupiscência da carne como sugere o livro do Gênese (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2002) como móvel consequente de sua condição de subalternidade em termos genéricos.

O tema da religiosidade e da religião é um tema controverso mas o maior estranhamento dos textos litúrgicos que foram escritos por muitos sábios e profetas por meios de revelações e oráculos fossem tomados literalmente pelos magistrados clericais religiosos e mesmo por aqueles que os escreveram em termos de revelação sem que houvessem sido estimulados suas atenções para os desafios que eles continham em termos de mistérios de entendimentos científicos uma vez que o campo religioso é fatoração social definida por suas propriedades de preceitos e princípios éticos e morais de formas de justiça das maneiras de interações humanas sendo um absurdo evidente a própria religiosidade estabelecer preceitos preconceituosos sobre a pessoa seja homem ou mulher. A incompatibilidade dos textos litúrgicos encontra-se em sua própria natureza religiosa que sofreu por alguma razão de distúrbios de incompreensão irracionalidade em que esta estabeleceu por meio de seus próprios preceitos morais e religiosos, desconsiderando a existência de Jesus Cristo, graduações de preconceitos e injustiças em relação a situação da mulher como constam nos testamentos antigos e mesmo no novo testamento como os escritos de Paulo de Tarso, que apesar de possuir muita sabedoria, manifestou em algumas de suas cartas, e principalmente, no Al Corão dos islamistas, em que a situação da mulher é bastante sujeitada.

Em termos de cosmologia humana da ciência a condição feminina foi muito mal percebida ao longo do processo evolutivo devido a situação evidente de ainda existir nos dias atuais preconceitos realistas de sua inferioridade suposta e sugerida por muitos escritos e práticas sociais de pessoas. A função reprodutora, sexual e consequentemente a função de estética e beleza do ser feminino stritu senso foi incompreendido no movimento geral do tratamento da mulher pelos sistemas políticos mais modernos e contemporâneos sobretudo por esta incompreensão religiosa que justificou outras formas de preconceitos que apelaram pela sexualidade feminina como o móvel libidinoso que justificaria sua precariedade social e portanto que deveria ser controlado de forma subordinada. A condição orgânica da mulher como ser feminino tem função reprodutora e isso justifica que sua natureza orgânica biológica seja obviamente diferente da condição orgânica masculina

como é desnecessário exemplificar pois basta ver uma mulher e um homem para saber que os corpos são diferentes. Não é necessário fazer nenhuma especialidade técnica complexa de entendimento para verificar visivelmente que um corpo de mulher é diferente de um corpo de homem. Esse corpo orgânico está preparado para garantir a reprodução biológica da espécie humana em que o processo de gestação corresponde a sua mais específica função reprodutora. No entanto a sexualidade da condição humana contém uma sensibilidade estética e de embelezamento limpo que torna o corpo feminino constituído de uma forma estética benfeitoria para o afetividade da condição do social da condição humana devido a sexualidade do social pressupor gradações de sensibilidade, estética e beleza genuína que o corpo feminino contém sem que haja nenhum grau apelativo de confundir o corpo da mulher com atividade sexual pois isso seria também um absurdo lógico na medida em que a sexualidade da mulher somente se realiza com a sexualidade viril do masculino de modo que o corpo biológico de ambos os sexos contém a sexualidade no mesmo grau e condição não se reduzindo necessariamente a pessoa a atividade sexual como parece ser a prevalência da condição da mulher em que se tenta reduzir o seu ser feminino a atividade sexual ou a um corpo somente sexual. A sexualidade é parte necessária da condição humana mas a vida social não se reduz simplesmente a atividade sexual pois a vida social é composta de muitas outras atividades entretenidas que não a atividade sexual, se trabalha, se pratica esportes, cultura e lazer, se estuda, se reza, se diverte, se vive familiarmente, dentre muitas outras coisas dos afazeres cotidianos, além obviamente da atividade sexual também como uma atividade dentre outras para as situações sociais compatíveis com esta atividade específica, como os casais matrimoniais, os casais de namoros, as amizades das relações soltas, porque não é aconselhado nenhuma modalidade de atividade sexual na infância principalmente e no caso da velhice ela mesma dispensa essa atividade conscientemente na medida em que o corpo biológica já não a exige.

Essa confusão de entendimento portanto entre a sexualidade da função reprodutora da mulher que lhe conferiu um corpo biológico caracterizado por uma forma geométrica mediada pela estética e beleza como parte integrante de sua natureza social feminina empobreceu a compreensão da função do ser feminino devido reduzir a sua estranha beleza de correspondência com a função reprodutora a um aviltamento definido por uma percepção poluída da sexualidade da mulher devido a sua forma biológica orgânica ser formada por contornos genuínos de feminilidade em que se associou a sua condição feminina a essa função sexual em razão do próprio corpo biológica por assim dizer ser um artefato sexual explícito. Essa imprecisão biológica dos cientistas desatentos e preconceituosos produziu a conseqüente impropriedade de vincular essa situação a uma fragilidade e debilidade sentimental e mesmo passional que atingia o grau da racionalidade e objetividade do ser feminino na sua expressão mais genuína, isto é, a função reprodutora e a gestação feminina que garantem a reprodução da condição humana contém características sensitivas e inteligíveis de racionalidade íntima e de objetividade sentimental que assegura o cuidado

materno dos embriões em formação na placenta que o aparelho gestacional sustenta através de conversações de alegria e confiança que dão a segurança da criança para que esta desenvolva-se saudavelmente no interior feminino assim como lhe assegura a racionalidade para as mais diferentes capacidades de atividades no contexto da divisão sexual do trabalhos que por mais que se diga o contrário na controvérsia feminina leva em conta o corpo biológico reservando para as mesmas as atividades que no decorrer dos séculos foram se consolidando como as atividades das mulheres ou atividades mais ligadas as atividades femininas sobretudo àquelas atividades que não exigem de muito esforço físico pois um dos aspectos que diferencia ou que leva em conta a divisão social do trabalho está relacionado ao porte físico, obviamente sem considerar o tema da racionalidade uma vez que em termos de racionalidade as mulheres poderiam realizar qualquer atividade trabalhista, não obstante a sua função de mulher lhe dedica e lhe seleciona determinadas atividades que lhe são mais afins ou que lhe mais convém para atender a sua condição feminina. A sua delicadeza e cuidado com o corpo físico neste período que a deixa adaptativa para determinadas atividades físicas e trabalhistas lhe indicaram certa estratificação social do trabalho de forma correspondente com a sua função reprodutora sem que isso conferisse nenhum tipo de restrições em termos existenciais. É como se a função de ser feminina correspondesse determinadas atividades no processo de divisão social do trabalho em termos de inclinações, tendência, propensões devido as suas propriedades subjetivas de talento profissionalizante como exemplifica o seu envolvimento nas questões de saúde doméstica, de feitiço dos alimentos, das atividades educativas sem contar obviamente com suas tendência laborais para outras atividades agrícolas, comerciais, industriais e dos serviços com o avanço evolutivo e com o desenvolvimento da condição humana das fases contextuais que foram exigindo que o ambiente da casa e doméstico fossem sendo substituídos pelas atividades institucionais no contexto das cidades-estados gregas quando a demanda por contingentes de serviços e institucionalidades laborais estabeleceram os centros hospitalares, as escolas, os ambientes e recintos alimentares e mesmo nos serviços públicos de escritórios e administrativos das mais variadas atividades do desenvolvimento econômico e social.

Em uma palavra podemos dizer que a percepção da mulher reduzida a sua atividade sexual e de reprodução simplesmente limitou o alcance do entendimento sobre a função feminina na vida social cuja extensão lhe confere a condição de ser uma pessoa da condição humana como mãe encarregada pela reprodução social, de ser esposa para o cuidado afetivo de uma vida compartilhada familiarmente, de ser educadora e cuidadora da atenção para a proteção social do seu ambiente doméstico e de uma vida profissional que lhe permite compartilhar com as demais mulheres uma situação de sociabilidade feminina e com pessoas masculinas contribuindo com suas formas de percepções racionais formulações práticas acerca dos processos de desenvolvimento para uma vida de bem-estar material e social a partir de sua capacidade especificada de compreensão

da condição da pessoa masculina e feminina uma vez que ela por ser reprodutora adquire a compreensão das formas comportamentais e tendências dos filhos que os gerou. O que queremos afirmar é que existe uma especificidade feminina em termos de racionalidade que confere uma contribuição da mulher para condição humana que advém somente do ser feminino. O que se atribui como sentimental e passional a ela como sugestão de uma suposta irracionalidade devido ter um certo sentimentalismo na verdade significa uma dimensão racional de uma esfera íntima em que o sentimento passional passa por meio de gradações de objetividade que se expressam mediante práticas de sutileza que garantem o cuidado no trato, as formas de lidar com os filhos, em maneiras educacionais limpas, na dosagem dos ingredientes que permitem os processos de proteção da pessoa para que ela cresça com saúde e educação compatível para o seu desenvolvimento progressivo e saudável.

Neste tópico também pretendemos discutir o segundo objetivo desta problemática de gênero que envolve a desigualdade no campo científico entre homens e mulheres e sua ligação com a sua função social construída de sexualidade humana e também os atributos que contribuíram para a manutenção de uma sociedade patriarcal em que a ciência passou a ser designada por muito tempo. Nesse sentido, esta parte fundamentou-se em uma vasta literatura sobre feminilidade, feminismo e filosofia feminista e ancorada pelo método de pesquisa bibliográfico que objetivou elencar variadas percepções sobre este assunto do início do sexismo procuramos elencar as variadas formas de percepções erráticas e inconsistentes sobre a condição social do humano e as incongruências das desigualdades de gênero.

Uma das questões mais intrigantes da história humana é constatar o motivo que levou um gênero a ser considerado ser, por muito tempo, superior ao outro, como já demonstramos esse erro começou pela literatura bíblica que por alguma razão das incongruências dos escritores clericais consideraram as mulheres como inferiores ao homem. Não se sabe ao certo em que período esta questão da desigualdade de gênero pode ter sido desenvolvida, o que se sabe baseados nos textos litúrgicos é que essa formulação de desigualdade de gênero encontra sua justificativa e legitimidade neste período em que foram escritos no princípio do século XXI, mas exatamente, na década de 70 de nossa era histórica. O Historiador Yuval Noah Harari (2017) descreve em seu livro *Sapiens: uma breve história da humanidade* três teorias que tentam explicar o motivo do sexismo: i) um primeiro aspecto ou motivo da superioridade masculina é por questões de força física, pois assim, o homem obteve ao longo da história uma ação maior em produção de alimentos e isso ajudou a dominação política; ii) o outro modo para explicar a dominação masculina, é pensado pelo viés da alta agressão representada por eles, pois estes se mostram mais agressivos e se sobrepõe ao ódio ou a raiva executada pelas mulheres. E esta alta agressão, acompanhou ao longo da história as inúmeras guerras por homens, e logo eles detiveram o poder social sobre as mulheres; iii) o terceiro argumento para explicar isto, evidencia os aspectos de

reprodução e sobrevivência que homens e mulheres desenvolveram, pois os homens buscaram uma larga produção objetivando engravidar mulheres férteis, e desse modo afim de obter variadas mulheres, travavam batalhas entre si. E com isso, os genes masculinos contendo estas características perpetuaram as futuras gerações. Por outro lado, o papel das mulheres eram carregar seus filhos no período da gestação e depois alimentá-lo, neste ínterim, os bebês tinham poucas chances de sobreviver, então houve a necessidade de uma figura masculina para ajudar com a criança, e com um determinado tempo os genes femininos caracterizaram-se como cuidador, dependente e submisso, dentro disso, pelas características ambiciosas dos homens tornou-lhes a protagonizar os lugares de poder.

Tem-se neste primeiro momento alguns elementos que justificam a desigualdade de gênero presente nos dias atuais definidas pela questão biológica e diferenças físicas da pessoa. A condição da pessoa masculina e sua força física é considerada como o aspecto que levou a condição de superioridade masculina em relação as mulheres consideradas frágeis devido a sua condição de reprodutora da vida com sua estrutura biológicas voltadas para esta finalidade. Este aspecto que o historiador Yuval Noah Harari (2017) demonstra como explicativos da desigualdade de gênero na verdade apresenta os desentendimentos dos desafios que foram mal considerados pela condição social da pessoa no contexto limpo da evolução humana. Isso quer dizer que a condição social da pessoa seja masculina ou feminina apenas expressa a diferença de corpos biológicos em razão da função social da condição humana devido a pessoa feminina ser constituída por características biológicas condizente com a função reprodutiva da pessoa. Esta é uma diferença portanto não se constitui uma desigualdade – *é uma diferença não uma desigualdade* – e o fato de a mulher em termos racionais e consciência apresentar as mesmas capacidades cognitivas em relação ao homem ela apresenta uma racionalidade específica condizente com sua função reprodutora em virtude de ela necessitar de aspectos objetivos racionais sensitivos suficientes para o cuidado domésticos e cuidado dos filhos assim como os procedimentos adaptados para esta finalidade. Além disso seu corpo biológico além de sua função racional e reprodutora contém também uma função estética e afetiva que atende pela relação de afetividade que a reprodução dos filhos exige na esfera íntima da pessoa para a existência de sua vida familiar doméstica.

O sexismo transpassou-se por toda a história humana, há diferenças no tratamento das mulheres em algumas culturas, mas sempre existe a figura fragilizada delas. Contudo, mesmo a filosofia sendo a base do conhecimento científico, pode-se pensar que os filósofos clássicos trataram sobre várias questões humanas, mas erraram por não discutirem as questões de gênero. Sendo que a maioria deles eram sexistas, indubitavelmente, o reflexo de sua época, mas sabe-se que sempre os filósofos pensavam em assuntos tão importantes para o presente e futuro, mas nunca se preocuparam em desenvolver algo que tratasse sobre a desigualdade entre homens e mulheres. Por uma visão ampliada, pode-se perceber que as mulheres eram consideradas irracionais para Kant e Nietzsche, decerto,

nunca deveriam participar do conhecimento científico, e nem agiam conforme a razão, mas sempre usando a emoção. Ao longo da história esse mesmo tipo de pensamento foi expandido na sociedade, por isso, milhares de mulheres tiveram que ofuscar seus talentos e conhecimentos. E algumas foram além, assinaram suas obras com nomes masculinos, e outras apenas repassavam suas contribuições científicas para o marido, e isso perpetuou por vários séculos de inferiorização das mulheres. Tantas construíram invenções, escreveram livros que nunca foram publicados, até mesmo na idade média houveram mulheres brilhantes. A história mostra algumas, mas não foi significativo para destruir a força do conhecimento branco-masculino-europeu distribuídos como o mais relevante na história.

Se verificamos a situação de desigualdade de gênero veremos que desde a antiguidade da Grécia o sexismo já estava presente pois nesta sociedade as mulheres já eram estereotipadas com o seu espaço reduzido ou já detinham algumas funções que a caracterizavam como vulneráveis. Naquela época as mulheres não eram consideradas cidadãs e isso durou até o século XX. Somente deste período o voto feminino foi interiorizado em alguns países. No Brasil para termos uma ideia o voto feminino aconteceu apenas no ano 1932. Na filosofia, a partir do século XX algumas mulheres obtiveram a posição de destaque como Simone de Beauvoir e Hanna Arendt, por conseguinte o empoderamento feminino ganhou força graças a movimentação feminista. E atualmente, feministas filósofas se apresentam a sociedade como Ângela Davis, Conceição Evaristo e entre outras.

A invisibilidade da mulher não é apenas na questão de protagonizar a história do pensamento filosófico, mas como também, os fatores que contribuíram para que os filósofos clássicos legitimassem a desigualdade política e social entre homens e mulheres. Dentro disso, as ideias sexistas de alguns filósofos como Kant e Nietzsche, eram comuns em suas épocas, e atualmente perpassa pela via dos discursos do senso comum.

Pode-se pensar que os conceitos de razão que permeou toda a filosofia, foram discretamente introduzidos por preceitos sexistas, parafraseando Castro (2014) que afirmou que tratar sobre gênero na Filosofia ajuda a identificarmos marcadores sexistas, espalhados pela história do pensamento e travestidos de explicação acerca da natureza dos fenômenos e da vida. Exemplificando isso, para o filósofo Immanuel Kant (1993), a desigualdade entre os gêneros sustenta o amor, pois seria impossível um homem amar uma mulher que tenha uma inteligência superior a dele. Este filósofo, também critica Anne Dacier e a amiga de Voltaire Gabrielle Emilie, por se envolverem com questões científicas na sua obra *Observações sobre o belo e o sublime*,

A uma mulher que tenha a cabeça entulhada de grego, como a senhora Dacier, ou que trave profundas discussões sobre mecânica, como a Marquesa de Châtelet, só pode mesmo faltar uma barba, pois com esta talvez consigam exprimir melhor o ar de profundidade a que aspiram. (KANT, 1993, p. 49.).

Anne Dacier (1654-1720) foi uma importante tradutora da língua grega. E a marquesa du Châtelet desenvolveu junto com Voltaire os *Éléments de la philosophie de Newton*. (CASAGRANDE et al, 2005. p. 36). Uma grande contribuinte para a Filosofia e metafísica, portanto ficou na invisibilidade. Neste ínterim, para o filósofo alemão o conhecimento científico só pode ser produzido pelo gênero masculino. Segundo a autora Gebara (2017, p.70) “a afirmação de que somos racionais parece à primeira vista incluir a todos os seres humanos, mas sabemos bem que esta atribuição está dirigida em primeiro lugar ao ser humano masculino”, pois as características ditas masculinas são vistas como mais certas e inteligentes, enquanto a emotividade e o aspecto cuidador é tido como características não-rationais e femininas.

Outro aspecto é mostrado na sociedade, que se conceitua como estruturalmente patriarcal, de modo que, sustenta a maternidade compulsória, isto é, a concepção de que a maternidade deve ocorrer na vida de toda mulher, e que esse, é um fator determinante para o que essa sociedade se classifique como “uma mulher bem resolvida e feliz”. Deste modo, ela precisa necessariamente ter filhos para realizar-se como “mulher”. No entanto, a mesma sociedade que considera crucial para a figura feminina, gerir uma vida, é a mesma sociedade que exclui e dificulta a vida social e profissional das mulheres que optam ou aceitam a maternidade. Uma pesquisa feita por Machado e Neto (2016) diz que 50% das mães são demitidas até dois anos depois da licença maternidade. A dificuldade para uma mãe provar que é apta para atender as exigências do mercado de trabalho é também maior, isso ocorre por causa da discriminação que acomete as mulheres que possuem filhos, principalmente quando são “mães-solo”. Nesse sentido, vemos a incoerência no discurso reproduzido, onde há a imposição da maternidade, mesmo que a sociedade, o Estado e o mercado de trabalho não deem aparatos para tal responsabilidade. A maternidade é um tema muito complexo e que requer muitas reflexões, mas a percepção principal dela é que as mulheres não têm o direito soberano sobre seus corpos, pois desenvolver a maternidade ou não, deveria ser uma escolha feminina, de poder decidir isso sem a interferência social e do Estado numa sociedade que ver a mulher apenas como incubadora humana. O filósofo Nietzsche prediz em sua obra *Ecce homo* um discurso sexista que conscientemente está na linguagem do senso comum;

A luta por direitos iguais inclusive é um sintoma de doença: qualquer médico sabe disso...a mulher, quanto mais mulher ela é, se defende com unhas e dentes contra todo os tipos de direitos: o estado natural, a eterna guerra entre os sexos lhe dá, de longe, o primeiro lugar... Alguém teve ouvidos para a minha definição do amor? Ela é a única digna de um filósofo. O amor, em seus meios, a guerra: em seu fundamento, o ódio mortal dos sexos...alguém ouviu minha resposta à pergunta sobre como a gente cura – “liberta” – uma mulher? A gente faz um filho nela. (NIETZSCHE, 2002, p..84).

Nietzsche não critica apenas o fato de as mulheres estarem lutando por direitos iguais, mas opina dizendo que na verdade o que elas necessitam necessariamente é ter filhos, pois lhe falta isso, para que não reivindique seus direitos e conheça o seu lugar. O filósofo vai além, predizendo que o homem é um meio para que a mulher se realize, pois ele é o único que pode “ajudar” as mulheres a serem mães.

Nesta sociedade, a mulher não detinha um lugar de fala e segundo Amelinha Teles no livro “introdução de Breve histórias do feminismo no Brasil”, citado por Djamilia Ribeiro (2018),

Falar da mulher, em termos de aspiração e projeto, rebeldia e constante busca de transformação, falar de tudo o que envolva a condição feminina, não é só uma vontade de ver essa mulher reabilitada nos planos econômico, social e cultural. É mais do que isso. É assumir a postura incômoda de se indignar com o fenômeno histórico em que a metade da humanidade se viu milenarmente excluída nas diferentes sociedades no decorrer dos tempos (2018, p. 44).

As mulheres tinham um contato com as ciências por meio de uma instigação familiar, pois seus pais ou maridos usavam suas disponibilidades para beneficiarem seus estudos, e esta foi por muito tempo a única forma de uma mulher ter um contato intelectual direto.

A primeira mulher a ter visibilidade intelectual foi a filósofa e matemática Hipatia de Alexandria(370-415), que estudou por intermédio de seu pai Téon de Alexandria, um grande intelectual de sua época. Em um período que era proibido as mulheres estudarem matemática, e limitado ao acesso intelectual ela se tornou adepta ao platonismo e diretora da Academia. Se pode pensar que ela não foi a primeira a interessar-se por ciência, antes dela e depois, muitas mulheres apagadas pelo período sexista ofuscou grandes cientistas e pensadoras. Em um período de difícil acesso a investigação e estudo para mulheres ainda houve quem se destacasse. De modo que as mulheres dos séculos antecedentes não se dedicavam apenas em uma área do conhecimento, mas eram amplamente parecida com a intelectualidade masculina que investigava e produzia ciência em várias linhas do pensamento como na matemática, física, astronomia e filosofia.

Grandes nomes do intelectualismo não é associado a uma personalidade feminina, por exemplo, geralmente não associa-se as grandes fórmulas matemáticas rotuladas pelo sobrenomes dos seus criadores, como sendo sobrenomes femininos, pois em uma longa predominância sexista é difícil associar invenção científica a uma mulher, no entanto, a francesa Sophie Germain (1776-1831) além de contribuir para o pensamento filosófico, contribui para a matemática com “a noção de uma curva oblíqua em um ponto”, teoria que é usada nos dias atuais.

A participação no meio feminino tem enfrentado alguns problemas. O método científico, por exemplo, desvaloriza características tidas como femininas como a “subjetividade, cooperação, sentimento e empatia” (CASAGRANDE et al, 2005). Simone de Beauvoir (1970) defendeu em sua obra *O segundo sexo* que a estrutura hierarquizada dos sexos é uma construção social. De acordo com Ribeiro (2018),

Ao dizer que 'ninguém nasce mulher, torna-se mulher' a filósofa distingue a construção de 'gênero' e o 'sexo dado', e mostra que não é possível atribuir às mulheres certos valores e comportamentos sociais como biologicamente determinados. A divisão sexo/gênero funcionaria como uma espécie de base que funda a política feminista partindo da ideia de que o sexo é natural e o gênero é socialmente construído e imposto, assumindo assim um aspecto de opressão (RIBEIRO, 2018, p. 46).

Simone prediz que a condição da mulher na sociedade é uma construção da sociedade androcêntrica, que teve início com o surgimento da propriedade privada.

A noção de desigualdade entre homens e mulheres não está ligada apenas em representação em tais lugares de poder, mas a facilidade e domínio que o gênero masculino chegou a estes espaços, ao privilégio que estes possuem diferente do outro gênero. No entanto, a mulher desenvolveu inúmeras áreas do conhecimento de modo secundário, mesmo sendo autodidata se sobressaiu e alcançou lugares de destaques. Com as lutas do direito ao voto no início do século XIX pelas sufragistas e lutas para poder ir a universidade foram significativas para que hoje as mulheres pudessem ter direito igual a uma formação universitária. Conquanto, ainda há desigualdade de gêneros presentes na sociedade. De acordo com Bourdieu (apud CASTRO 2014, p. 101),

Não há como esperar que as instituições do governo democrático trabalhem em prol de uma igualdade de condições entre homens e mulheres, pois são elas mesmas (escolas, igrejas, repartições públicas, etc) que contribuem de forma sublinear para a manutenção da dominação masculina.

Há uma dominação masculina em determinados espaços e este problema causa um efeito desastroso, ainda existem mulheres que sofrem com a violência sexual, conjugal e doméstica, distinção de salários e estereótipos.

No Brasil, a violência contra a mulher foi pautada pelo movimento feminista no final dos anos 70, desde então, este movimento ganhou visibilidade considerável, com a criação de políticas públicas para o grupo feminino, mas isso não foi o bastante para regredir o número de agressões físicas, verbais e sexuais, pois esta violência se desmembra além da desigualdade de gênero, mas também do preconceito de cor e etnia. No entanto, esta pesquisa não pretende analisar o sexismo a partir da etnia, ou orientação sexual, mas sabe-se que as mulheres deterioradas por serem "minorias", sofrem com sexismo, racismo e preconceito. Segundo Grossi (1994),

O surgimento de denúncias contra grupos étnicos "não brancos" parece ser um campo emergente no interior das lutas e pesquisas sobre violência contra a mulher. O genocídio de mulheres indígenas e a esterilização em massa de mulheres negras são apenas dois exemplos de como a violência toma matizes particulares quando se trata de grupos étnicos considerados "minoritários" nas estatísticas nacionais (GROSSI, 1994, p. 94).

Deste modo, indubitavelmente, as diferentes características biológicas entre os gêneros, masculino e feminino existem de fato. Mas o sexismo masculino não advém da distinção da condição biológica. Pois a função que os dois gêneros exercem na sociedade foram paulatinamente construídos, pois não faz parte do gene biológico feminino, certas características. Não é relevante a concepção de que pessoas de cromossomos XY, são mais racionais e devem usar determinadas roupas e se constituírem de aspectos delicados, e que outras do cromossomo XX, são menos racionais e não devem estar nos lugares de poder.

Os aspectos que tratamos neste tópico sobre a desigualdade de gênero apresentam a dimensão biológica, a sensibilidade, a consciência como as principais características que explicam a desigualdade entre gênero sendo a mulher situada numa condição de inferioridade social e biológica. Estas questões que se desenvolveram desde a antiguidade e permanece nos dias atuais através das desigualdades salariais e violência doméstica e social constituem nos principais efeitos de um desentendimento humano que mesmo o campo do conhecimento científico não foi capaz de resolver em razão que também na ciência a desigualdade de gênero se manteve em que a mulher era vista como menos racionais que os homens.

Estes aspectos que tratamos neste texto merecem algumas considerações a partir de uma epistemologia do conhecimento científico da condição social do humano. Em termos gerais temos a constatação de que a dimensão biológica da mulher que caracteriza a condição humana diz respeito apenas a função reprodutora dela em relação a condição masculina sem que isso implique em uma inferioridade de gênero, pois como dissemos, é uma diferença e não uma desigualdade. A condição biológica da mulher como dissemos refere-se a sua função social e o seu corpo diferenciado relaciona-se a condição dessa função em razão da gravidez e a geração dos filhos. Além disso sua condição biológica atende a uma questão estética de afetividade para a vida afetiva. A consciência irracional ou menos racionais a que se chegou a considerar devido sua condição reprodutora pelo cuidado dos filhos a que realiza decorre de um desentendimento de irracionalidade da interpretação da literatura bíblica pois os níveis de conscientes de inteligências de homens e mulheres são iguais.

CONCLUSÕES

A dimensão de gênero portanto em que a desigualdade feminina se apresenta como problemática apenas confere um desentendimento da ciência em relação a condição da mulher. Não existe em nenhum sentido uma inferioridade da mulher em relação ao homem, o que existe é uma diferença e não uma desigualdade. A evolução da condição humana apresenta desafios de contexto no campo aberto em que a consciência racional da pessoa – de homens e mulheres – seria suficiente para a compreensão dos desafios da condição

humana com o objetivo de diagnosticar os melhores procedimentos de tal sorte que a mulher em sua condição feminina apenas se diferencia do homem em biologia pela função de reprodução e produção e em átomos de racionalidade afetiva devido o cuidado maternal a que lhe confere a condição reprodutora. A sua racionalidade se diferencia da racionalidade masculina porque ela apresenta aspectos sensitivos de afetividade como uma espécie de racionalidade íntima que contém propriedades disciplinares das funções femininas a que suas faturações sociais no processo evolutivo foram sendo desenvolvidas como o cuidado doméstico porque nas demais atividades, educacionais, as profissões civis, não existem nenhuma diferença de realização relacionadas com a condição feminina de seus corpos muito embora nos tempos modernos a mulher desenvolva atividades que antes eram consideradas masculinas assim como muitas atividades femininas são realizadas por pessoas masculinas, apenas uma tendência a se dedicarem àquelas atividades que estão mais relacionadas a sua condição biológica.

As desigualdades de gênero portanto atendem a um desentendimento de compreensão porque a mulher apesar de diferente do homem tem a mesma igualdade de conhecimento se diferenciando somente das atividades que realizam em razão de sua subjetividade racional que atende a função de reprodução e sua situação físico-biológica para realização de atividades que complementam as condições de existência social da sociedade no processo de divisão social do trabalho.

REFERENCIAS

ARENDRT, Hannah. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. O que é política. (Editoria de Úrsula Ludz). Trad. Reinaldo Guarany. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ARISTOTELES. Poética. Ética a Nicômaco. Organon. Traduções publicadas sob licença da Editora Cultrix Ltda. (Arte Poética), Guimarães Editores, (Organon), Edunb – Editora da Universidade de Brasília (Ética a Nicômaco). São Paulo: Editora Nova cultural Ltda, 1996. Coleção Os Pensadores. Vol. I.

BERGSON, Henri e BACHELARD, Gaston. Cartas, conferências e outros escritos. E a filosofia do não; o novo espírito científico; a poética do espaço. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1974.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução de Maria Helena Kühner. 11 Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BURSCHINI, Cristina & PINTO, Celi Regina (Org.) Tempo e lugares de gênero. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34, s/d.

BRUSCINNI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistências da discriminação? (Brasil, 1955\95). In: LOPES, Maria Júlia et. al.(Org.). Gênero e saúde. Porto Alegre: 1996.

BIBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Editorial Paulus, 2002.

CASAGRANDE, Lindamir Salete ; SCHWARTZ, Juliana ; CARVALHO, Marília Gomes de ; LESZCZYNSKI, Sonia Ana . Mulher e ciência: uma relação possível?. Cadernos de Gênero e Tecnologia (CEFET/PR) , Curitiba, v. ano 1, n.n. 04, p. 31-45, 2005.

CASTRO, Susana de. Filosofia e gênero. 1º ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

DaMATTA, Roberto. A casa e a rua. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DARWIN, Charles. A origem das espécies através da seleção natural ou a preservação das raças favorecidas na luta pela sobrevivência. Tradução de Ana Afonso. Portugal: Planeta Vivo, 2009.

DARWIN, Charles. El origen del hombre. Cuatro Reales. Trad. Lopez White. Valencia/Espanha: Siempre y Cia. Editores, s/d.

DESCARTES, René. Discurso do método. As paixões da alma. Meditações. Objeções respostas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Coleção Os Pensadores.

ENGELS, Friedrich. A dialética da natureza. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

GEBARA, Ivone. Filosofia Feminista: Uma brevíssima introdução. São Paulo. Edições Terceira Via, 2017.

GROSSI, Miriam Pillar. Novas/Velhas Violências contra a Mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 473, jan. 1994. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16179>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

HUME, David. Tratado de la naturaleza humana: ensayo para introducir el método del razonamiento experimental en los asuntos Morales. Traducción: Vicente Viqueira. Libros en la Red: Editora Eletrônica, 2001.

HUXLEY, Aldous. Demônios da loucura. Trad. Marcos de Vicenzi. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1973.

JOLIVET, Regis. Curso de Filosofia. Tradução de Eduardo Prado de Menezes. 18 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

MACHADO, Cecília; PINHO NETO, V. The Labor Market Effects of Maternity Leave Extension. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MERTON, Robert. Sociologia: teoria e estrutura. Tradução de Miguel Maillat. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.

MAYER, Dagmar Estermann. Teorias e políticas de gêneros: fragmentos históricos e desafios atuais. In: Revista Brasileira de enfermagem – REBER/Associação Brasileira de Enfermagem – ABEN. Vol 57, nº 1. Janeiro-fevereiro, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Ecce homo: De como a gente se torna o que a gente é*. Tradução: Marcelo Backes. Porto Alegre: L&M, 2002.

Observações sobre o sentimento do belo e do sublime. Tradução: Vinícius de Figueiredo. Campinas: Papyrus, 1993.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. *Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero*. Texto apresentado no workshop *Gênero, Democracia e Políticas Públicas*. SOS Corpo/GTZ. São Paulo: setembro de 1996.

PISCITELLI, Adriana. *Gênero em perspectiva*. In: BESSA, Karla Adriana Martins (Org.) *Trajetórias de gênero, masculinidades*. Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp-Campinas: *Cadernos Pagu* (11), 1998. ISSN 0104-8333

PLATÃO. *Apologia de Sócrates. O Banquete*. São Paulo: Martins Claret, 2009.

PLATÃO. *Diálogos*. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* 1 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

SCHMINK, Marianne. *Macco conceitual sobre gênero e conservação com base comunitária*. Programa em Manejo e Ecossistemas e Recursos com Ênfase em Gênero – Merge. Universidade da Florida/Pesacre. Estudo de Caso n°1, abril, 1999

SOIHET, Raquel. *História das mulheres e história de gênero – um depoimento*. In: BESSA, Karla Adriana Martins (Org.) *Trajetórias de gênero, masculinidades*. Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp-Campinas *PAGU* (11), 1998. ISSN 0104-8333

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martins Claret, 2005.